



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Pombal, nº0023/CMP/21 de 08/10/2021

Aos oito dias do mês de Outubro de dois mil e vinte e um, nesta cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas nove horas e trinta minutos, teve lugar a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Pombal, estando presentes, o Senhor Presidente da Câmara Dr. Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus, a Senhora Vereadora Dra. Ana Cristina Jorge Gonçalves, a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Ferreira Pereira Duarte Cabral, o Senhor Vereador Dr. Michäel da Mota António, o Senhor Vereador Eng. Narciso Ferreira Mota, o Senhor Vereador Dr. Pedro Martins, o Senhor Vereador Eng. Pedro Filipe da Silva Murtinho e a Senhora Vereadora Vereadora Odete Alves comigo, Virgínia dos Santos Moderno, Técnica Superior, que secretariei.

Ausência de membro da Câmara

A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificada a ausência, do Senhor Vereador Dr. Pedro Brilhante.

Nesta altura o Sr. Presidente da Câmara informou que tinha sido dirigido, no dia de ontem, pelas 19h12m, não a ele, mas ao Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, na pessoa da Técnica Superior Virgínia Moderno, e-mail do Sr. Vereador Pedro Brilhante, solicitando àquela que lhe remetesse link para participar na reunião remotamente, uma vez que por motivos profissionais não se poderia deslocar, no dia de hoje, a Pombal.

Tendo tido conhecimento do solicitado à técnica, veio o Sr. Presidente da Câmara colocar à consideração do Órgão o pedido do Sr. Vereador.

Assim, ouvidos todos os vereadores, foi pela Câmara deliberado por maioria, com 4 votos a favor (dos Vereadores Ana Cabral, Ana Gonçalves, Odete Alves e Narciso Mota) e com 4 votos contra (do Senhor Presidente e dos Vereadores Pedro Murtinho, Pedro Martins e Michael António, tendo o Sr. Presidente da Câmara exercido o voto de qualidade) indeferir o pedido do Vereador, tendo-lhe sido justificada a falta.

Nesta mesma altura, solicitou, ainda, o Sr. Presidente da Câmara que fosse informado, via e-mail, o Sr. Vereador do teor da suprarreferida deliberação, o que aconteceu.

De seguida entrou-se na discussão e votação dos seguintes pontos da ordem do dia, relativamente aos quais abaixo se dá por reproduzido o teor das deliberações.

1. Período antes da ordem do dia

Presidente da Câmara Municipal:

“Esta reunião tem uma agenda mais pequenina do que o habitual, considerando que desde o momento eleitoral há uma redução das competências, ou das capacidades



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

decisórias – mais do que as competências, do Executivo em funções.

E ao dar início a esta reunião, cumprimentando também todos os colaboradores da Câmara e os Senhores Jornalistas que estão presentes, dava-vos nota de uma comunicação que, não me tendo sido dirigida, mas dirigida à Dra. Virgínia, com conhecimento ao Presidente da Câmara e aos Senhores Vereadores, e membros de gabinetes também, subscrita pelo Senhor Vereador Pedro Brilhante, diz o seguinte – nesta comunicação dirigida à Dra. Virgínia, e com a autorização da Dra. Virgínia, que é a destinatária desta comunicação, eu vou ler:

“Por questões relacionadas com o meu trabalho, não me é possível deslocar-me a Pombal durante o dia de amanhã...” – esta é a comunicação de ontem, às 19h12 – “... Contudo, tenciono estar presente na reunião. Pedia, por isso, que me fosse enviado o link com o acesso remoto para a reunião de amanhã.

Muito obrigado.

Pedro Brilhante, Vereador da Câmara Municipal de Pombal.”

Senhores Vereadores, considerando que não estamos em período de confinamento, eu perguntava aos Senhores Vereadores a vossa opinião sobre a possibilidade que aqui nos é proposta, gostava de ouvir a vossa opinião, no sentido de a Câmara admitir, ou não, a possibilidade de o Senhor Vereador entrar por via remota.

Quem é que quer usar da palavra? O Senhor Vereador Pedro Brilhante não pode estar cá, e pede para participar na reunião através de acesso remoto, através da internet. Nós já não estamos em formato de confinamento, e portanto, há uma tendência para a normalidade de funcionamento das nossas reuniões. E portanto, não é isto que a Lei estabelece. Mas, de qualquer modo, deixo à consideração dos Senhores Vereadores, para depois, no final, fazermos a votação da aprovação, ou não, deste pedido.

Senhor Dr. Michael, faça favor.”

Michael António (Vereador):

“Bom dia a todos, Senhor Presidente, caros colegas Vereadores, funcionários do Município, e pelo menos uma jornalista que nos acompanha hoje, bom dia a todos.

Eu efetivamente recebi esse e-mail, que me foi enviado para conhecimento, e que foi remetido ao Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, dirigido à Dra. Virgínia Moderno, com o teor que o Senhor Presidente acabou de referir, de o Vereador Pedro Brilhante solicitar para participar na reunião remotamente, através de internet, por videoconferência, pelo facto de não poder estar presente hoje.

A este respeito, eu queria aqui recordar o seguinte: esta informação, eu pedi à Dra. Virgínia Moderno para fazer este esforço, e ela, mais uma vez, fez aquilo que eu pedi, o que eu agradeço imenso, que foi para ir ver as últimas reuniões de Câmara, os estados decretados, em termos legais, em Portugal, sobre o combate à pandemia. E isto para dizer o seguinte: nós estivemos em estado de emergência até ao dia 30 de abril, depois passámos para o estado de calamidade a partir de 1 de maio, e depois passámos para estado de contingência, de 20 de agosto até 29 de setembro, e neste momento encontramos em estado de alerta, pelo menos até 31 de outubro.

No meio disto tudo, eu lembro-me que o Vereador Pedro Brilhante pediu para participar numa reunião, em 31 de julho, não estava presente, as reuniões já eram presenciais, e no dia 31 de julho, excepcionalmente – na altura, lembro-me que também foi a minha opinião



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

– excecionalmente, deixámos participar:

Mas, dizer o seguinte: depois, eu começo a aperceber-me que e-mails que são enviados – eu não tenho nada contra, quero já dizer isto, o Vereador Pedro Brilhante participar na reunião de Câmara de hoje, ela tem uma ordem de trabalhos com praticamente dois ou três pontos, se tanto, não é essa a questão de todo, e portanto, não tenho rigorosamente nada contra em termos políticos, ou outros, que ele participe na reunião. Mas, vamos ver a Lei, porque é assim, as reuniões de Câmara são convocadas, e ou são presenciais, como sempre foram, e eu sempre me recordo de serem assim – e neste mandato, durante dois anos e meio, foram presenciais – ou então, são participadas por videoconferência, remotamente, e aí, cada um está onde entende estar, até pode estar no estrangeiro e participar na reunião de Câmara. Eu lembro-me que a maioria do Executivo fazia as reuniões a partir daqui, dos edifícios da Câmara, porque era onde estavam no exercício das suas funções, muito bem, o Eng.º Narciso Mota optava também por vir, porque entendia que precisava de um apoio em termos informáticos, eu fazia-o a partir de minha casa ou do meu escritório – isto para dizer que cada um fazia de onde quisesse.

Agora, nem na Lei, nem no Regimento, não há aqui nenhum regime híbrido; as pessoas, ou vão à reunião de Câmara, ou não vão, não é uns estarem presentes, porque é assim que a convocatória convoca, para estarem presentes na reunião de Câmara, ou a convocatória diz que é por videoconferência. Uma mistura das duas, não existe.

Isto para dizer que, ao longo deste mandato – depois já falarei sobre isso – eu faltei a duas reuniões de Câmara por doença, e creio que duas por estar ausente, no exercício das minhas funções, no estrangeiro. Eu estava na China, também podia ter participado nas reuniões de Câmara, e não participava. E lembro-me que alguns de nós aqui também não estiveram presentes, ou estavam de férias, e também não participavam nas reuniões de Câmara.

Portanto, para terminar, dizer o seguinte: se quisermos aplicar a Lei e sermos legalistas, quem está presente participa na reunião de Câmara, e quem não está presente não participa na reunião de Câmara, e as coisas são mesmo assim. Estava eu, há pouco, a dizer – porque, depois, tornou-se mais a regra do que a exceção, recebermos e-mails – porque são sempre enviados para todos – ou à noite, na véspera, ou então no próprio dia, de manhã, a dizer que não pode participar. Tudo bem, é um direito que lhe assiste, de vir ou não vir às reuniões de Câmara, mas as pessoas têm que ter a sua responsabilidade, assumir os seus mandatos e as suas funções. Eu sou tanto como vocês todos, mas eu fiz o esforço, porque era isso que me era exigido, de participar nas reuniões de Câmara, eu nunca faltei a uma reunião de Câmara, por exemplo, por estar no gozo de férias; faltei a quatro reuniões de Câmara ao longo do mandato. Isto, para ser legalista.

Se me perguntarem a minha opinião, também vos digo o seguinte: naquele dia, pronto, foi ali uma exceção, estávamos em estado de calamidade, repito, mas as convocatórias eram para reuniões presenciais, abriu-se um precedente, não se devia ter feito. A minha opinião é que quem está presente, participa, e quem não está, não participa, independentemente de ser uma reunião que não vai adiantar nada, porque isto é para cumprir calendário.

Muito obrigado.”

Presidente da Câmara Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

“Faça favor, Senhor Vereador.”

Narciso Mota (Vereador):

“Senhor Presidente, o Senhor Vereador Pedro Brilhante infelizmente perdeu os pelouros – injustamente, segundo o meu ponto de vista – e recorreu à atividade privada. Eu trabalhei na atividade privada vinte e três anos, e sei o que são as exigências entre o trabalho público e o trabalho privado, que são completamente diferentes as exigências.

Portanto, esta é a última reunião da Câmara, não é pública, em termos de solidariedade e de espírito democrático – costuma-se dizer “dura lex sed lex”, a “Lei é dura, mas é Lei”, mas penso que nós não ficamos nada prejudicados se o Senhor Vereador Pedro Brilhante usar da palavra aqui, numa reunião ordinária.

Portanto, eu penso, salvo melhor opinião, que o meu voto é que ele efetivamente participe na reunião. Eu ponho-me sempre no lugar das pessoas, quando fazem qualquer pretensão, como todos os políticos se deviam pôr no lugar dos indivíduos que servem, e que se aliam à Câmara em todos os domínios, nas suas funções, e muitas vezes isso não acontece; nós, às vezes, tomamos decisões contrariamente àquelas que deveríamos tomar, por não nos colocarmos no lugar do requerente, do munícipe e dos outros. E por isso é que a democracia está como está. Daqui a bocadinho já me vou pronunciar sobre isso, em relação às eleições autárquicas, e não só, de outros pontos de vista. E eu penso que nós temos que ter sempre uma perspetiva de futuro, de união, de solidariedade, de humildade e de respeito pelo próximo.

Tenho dito. Voto a favor de que ele participe na reunião.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem, muito obrigado. Mais alguém? Dra. Odete, se faz favor.”

Odete Alves (Vereadora):

“Muito rapidamente, penso que já foi tudo dito. Senhor Presidente, bom dia, Senhores Vereadores, funcionários do Município e comunicação social aqui presentes.

Sobre esta matéria, acho que já foi muito sintetizado aquilo que a Lei determina, e que o Regimento também determina. No entanto, e sendo esta a última reunião de Câmara deste mandato, a mim não me choca absolutamente nada que possamos permitir que o Vereador Pedro Brilhante possa intervir nesta reunião. E não gostava, realmente, que a última reunião fosse dominada por questões legais, por questões técnicas, por este tipo de “questõezinhas”.

Portanto, a mim não me choca absolutamente nada, apesar de saber e ter consciência de que, realmente, legalmente isso não é admissível, neste caso concreto, mas também já o fizemos no passado. E portanto, se foi possível fazê-lo numa outra ocasião, também não vejo porque é que agora, na última, não o podemos fazer.

Portanto, esta é a minha opinião, vale o que vale, a maioria é que decide.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado. Mais alguém quer usar da palavra? Senhor Vice-presidente, se faz favor.”

Pedro Murinho (Vereador):

“Obrigado, Senhor Presidente. Cumprimento-o mais uma vez, cumprimento também os Senhores Vereadores, colegas colaboradores deste Município, comunicação social aqui presente.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

Eu não vou demorar muito tempo, até porque este assunto não merece também que possamos estar aqui a perder muito tempo com ele. Eu corroboro as palavras do Dr. Michael António. É certo que nós já abrimos uma exceção em julho passado, nós neste momento não estamos em estado de emergência, não estamos em estado de contingência, estamos em estado de alerta, o teletrabalho agora nem sequer é obrigatório, nem é recomendado, e portanto, Senhor Presidente, a minha opinião é que se cumpra a Lei e o Regimento. E portanto, não dar provimento ao pedido do Dr. Pedro Brilhante.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem. Mais alguém quer usar da palavra? Faça favor.”

Ana Gonçalves (Vereadora):

“Bom dia a todos.

Eu concordo com aquilo que o Eng.º Pedro Murtinho diz, mas também concordo que com o facto de ser a última reunião de Câmara, e o fim deste mandato, não vejo problema em admitirmos a presença do Senhor Vereador Pedro Brilhante.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem, muito obrigado. Mais alguém? Dra. Ana Cabral.”

Ana Cabral (Vereadora):

“Muito bom dia a todos, caros colegas, comunicação social e funcionários do Município. Obviamente que eu corroboro, e realmente foi notório, ao longo deste mandato, pelo menos no final, as ausências sistemáticas do Senhor Vereador Pedro Brilhante, principalmente nas reuniões que não eram transmitidas em direto, e isso foi uma constante. Também legalmente, como sabemos, nada induz que tenhamos esta obrigatoriedade. Mas, também concordo com a Vereadora Ana Gonçalves e com a Vereadora Odete, que esta é a última reunião de Câmara e não me choca absolutamente nada se a votação for favorável a que ele participe na reunião. Muito obrigada.”

Pedro Martins (Vereador):

“Bom dia a todos.

Acho que isto tem sido um pedido reiterado do Vereador Pedro Brilhante, em pedir para assistir às reuniões online. Eu costumo dizer, “quem não pode, arreia”, ou seja, se ele constantemente tem faltado às reuniões, eu acho que já sabemos mais ou menos o que é que ele quer, se estivermos atentos, acho que percebemos.

Sinceramente, eu sou contra dar-lhe o acesso online.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem. Senhores Vereadores, percebemos, então, aqui o sentido dos Senhores Vereadores, e portanto, não estão reunidas as condições para justificar.

A falta fica justificada, e portanto, o Senhor Vereador não participa na reunião. Portanto, Dra. Virgínia, pode responder-lhe.

Eu nem vou aqui sublinhar a circunstância de o Presidente da Câmara...”

Narciso Mota (Vereador):

“Senhor Presidente, eu acho que devia haver votação, saber quem vota a favor e quem é que não vota a favor.”

Presidente da Câmara Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

“Eu ouvi três dos Senhores Vereadores, com a minha posição, são quatro. Houve três posições que foram apresentadas, o Presidente da Câmara tem voto de qualidade. Quem vota a favor da presença online do Senhor Vereador Pedro Brilhante? Quatro votos. Quem se abstém? Quem vota contra? Quatro votos contra. O Presidente da Câmara tem voto de qualidade, não é admitida a presença do Senhor Vereador.

Eu nem vou sequer sublinhar a circunstância de a comunicação não ter sido dirigida ao Presidente da Câmara – nem vou sublinhar a circunstância, que para mim é suficientemente demonstradora daquilo que é o desrespeito pelo órgão municipal, porque não é a Dra. Virgínia, com todo o respeito, que deve ser o destinatário das comunicações que dizem respeito à condução da reunião de Câmara. Mas isso, já percebemos que não foi compreendido durante quatro anos, e não será compreendido.

Portanto, está o assunto resolvido. Dra. Virgínia, se me fizer o favor, pode dizer que tendo a Câmara apreciado, entendeu que não havia condições para isso. E está justificada a falta, evidentemente.

Vamos, então, iniciar a nossa reunião com o período de antes da ordem do dia.

E eu começava por vos dar nota daquilo que tem sido a evolução dos números da pandemia. Apesar de tudo, desde o início deste mês de outubro, de facto, os números têm voltado, felizmente, para os patamares que conhecíamos já há algum tempo. No dia 1 tivemos um caso novo, no dia 2, dois casos, no dia 3, nenhum caso, no dia 4, quatro casos, no dia 5, nenhum caso, e no dia 6, sete casos. E portanto, o Município de Pombal encontra-se nesta altura com quarenta e seis casos por cem mil habitantes, o que significa que teremos pouco mais do que vinte pessoas contaminadas. E mantemos o número dos cento e nove óbitos, que já há algum tempo se regista.

Temos a informação da Enfermeira Coordenadora, Dra. Carla Santos, do processo de vacinação, dando nota de que atingimos os 85% de vacinação completa na população de Pombal, e cerca de 90% na vacinação completa dos jovens dos doze aos dezassete anos. Durante esta semana, foram também administradas vacinas na modalidade casa aberta, e segundas doses que estavam em atraso, que não foram possíveis quantificar. E portanto, este é o relatório. 85% da população em geral, sendo que o segmento dos doze aos dezassete tinha já 90% da vacinação completa.

Aproveitava também para, na sequência de uma pergunta e um pedido de esclarecimentos feito pelo Eng.º Narciso Mota, sobre a aquisição de terrenos na zona industrial da Guia, que foi pedido à Divisão Administrativa e Financeira que procedesse ao respetivo levantamento dos terrenos que foram adquiridos até outubro de 2013 e nos últimos oito anos. E portanto, até outubro de 2013, foram adquiridos oitenta mil, oitocentos e quinze metros quadrados, sendo que apenas quarenta e nove mil, oitocentos e setenta e sete integram o loteamento da primeira fase da ampliação da zona industrial da Guia. E desde outubro de 2013 até à data, nestes dois últimos mandatos, foram adquiridos duzentos e noventa e sete mil, quinhentos e setenta e oito metros quadrados, e há mais onze mil, quinhentos e oitenta e seis que têm contrato-promessa.

Depois, tem aqui uma extensa lista de quatro páginas que sintetiza o conjunto dos artigos que foram comprados, nas várias localizações – Vale do Barro, Terras da Lagoa, Cabeços



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

Brancos, Topôs e Cabeços. E portanto, temos esta dimensão das aquisições. E depois temos, na última página, as onze parcelas, os onze números que foram adquiridos para as diversas ampliações.

E portanto, creio que fica respondida, Senhor Vereador, a pergunta que colocou.

Faça favor.”

Narciso Mota (Vereador):

“Senhor Presidente, eu peço desculpa, mas isto não corresponde à verdade, que até outubro de 2013 foram adquiridos oitenta mil, oitocentos e quinze metros quadrados. Eu estive aqui até ao final do ano de 2013, e foram comprados terrenos ao Senhor José Maria Duarte Júnior, que inclusive eram os terrenos da ETAR que agora estão vendidos, cento e vinte e tal mil metros, à Lusiaves, que não estão aqui, e também se compraram quarenta e cinco mil metros quadrados a um senhor da Barrosa, quarenta e cinco mil metros quadrados ao Senhor Pedrosa, da Guia, cunhado do Senhor Joaquim Marques Duarte, e depois os terrenos do Senhor José Maria Duarte. E compraram-se os primeiros duzentos e cinquenta mil metros quadrados, também já foi comprado no meu tempo. Quando diz “até outubro de 2013”, e os duzentos e cinquenta mil metros quadrados que se compraram inicialmente, não estão aqui por quê? Agora, foi dito e informado que tinham sido comprados trezentos mil metros quadrados, e eu penso que nestes trezentos mil metros quadrados que estão aqui, está o terreno da ETAR, está o terreno do Senhor José Maria Duarte, mas a escritura foi feita no meu tempo, e paga, que são mais de trinta mil metros quadrados.

Portanto, isto não corresponde à verdade. E o mal da política é, infelizmente, haver muita propaganda, muita mentira e o faz de conta. E isto desprestigia qualquer informação que deve ser dada com imparcialidade, com autenticidade, com verdade e honestidade, e não está isso aqui representado.

Portanto, é só a minha observação, porque se os registos dizem isto, estão errados os registos, porque, efetivamente, eu sei o que a Câmara pagou – primeiro, duzentos e cinquenta mil metros quadrados, que só vendemos setenta e seis mil metros quadrados, porque tinha as infraestruturas todas, e tudo, dos lotes, depois houve transformação, mas compraram-se dois lotes de terreno, onde está a ETAR, que utilizou quatro mil metros quadrados, estão quarenta mil metros quadrados em frente da ETAR, e foram comprados quarenta e tal mil metros quadrados ao Senhor Pedrosa, da Guia, cunhado do Senhor Joaquim Marques Duarte, que faliu, e vendeu esse terreno no meu tempo – e até foi bem vendido, está lá, é nosso. E depois, compraram-se aqueles terrenos todos ao Senhor José Maria Duarte, que estão aí, eram várias parcelas, incluindo a parcela de dez mil metros, onde estava a ETAR antiga, que estava construída no terreno do Senhor José Maria Duarte, e que nós pagámos quando eu estava aqui.

Portanto, ponto final, isto já diz tudo, em como as informações são tendenciosas, são maliciosas, não são objetivas, não são verdadeiras e não são reais. Ponto final. E a minha memória podia-me falhar, porque eu já tenho setenta e cinco anos, mas felizmente, quando nós pagamos, fazemos as escrituras e pagamos as coisas – não é só dizer que comprámos; se comprámos, temos que pagar e temos que fazer a escritura, e a escritura tem uma determinada data. Mas, essas escrituras que eu aqui estou a referenciar, foram



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

três ou quatro escrituras, foram feitas no meu tempo aqui na Câmara, e pagas no meu tempo. O Senhor José Maria Duarte já morreu, mas, efetivamente, foi o primeiro a dar impulso à ampliação do Parque Industrial da Guia, do lado de lá da Linha do Norte, do lado poente, onde está agora para se instalar, e bem, uma grande empresa que adquiriu à Câmara cento e vinte e tal mil metros quadrados de terreno, para fazer essa empresa – que eu nunca votei contra esse investimento.

É a minha opinião, a minha opinião verdadeira.

Portanto, obrigado por esta informação.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem, Senhor Vereador.

Os Senhores Vereadores não têm esta comunicação convosco, porque foi feita a entrega ao Senhor Vereador Narciso Mota, mas quem subscreve esta informação, na sequência do pedido formulado, é o Dr. Joaquim Alberto, a quem calculo que não foram dadas instruções de manipulação de coisa nenhuma, nem ele é homem para o fazer, em qualquer circunstância, como o Senhor Eng.º Narciso Mota bem sabe, porque o senhor nunca lhas deu, e se lhas desse, sabia que ele não o fazia, porque ele é um homem honesto. Ambos são honestos.

E portanto, eu não estive nesta reunião, não sei exatamente qual é o pedido que o senhor formulou, o senhor foi substituído no dia 21 de outubro de 2013, e portanto, os atos praticados após 21 de outubro de 2013 já não foram praticados por si, porque o senhor já não tinha competências para o fazer.

Narciso Mota (Vereador):

“Até outubro, não, isto está errado. Temos que dizer dos duzentos e cinquenta mil metros quadrados que comprámos primeiro, que foi a criação do Parque Industrial da Guia, que foi no meu tempo, e o do Lourical também. Portanto, não é escamotear e ignorar.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Faça favor. Vamos ouvir o Senhor Vice-presidente, se faz favor.”

Pedro Murinho (Vereador):

“Senhor Vereador, eu ouvi-o com muita atenção, mas deixe-me só dar-lhe nota de duas situações.

Este pedido que o senhor fez prendia-se com os terrenos adquiridos no âmbito da ampliação da zona industrial da Guia. Eu vou repetir, o que o Senhor Vereador solicitou foi a aquisição de terrenos para a ampliação da zona industrial da Guia, porque foi no âmbito da minha intervenção na última reunião de Câmara. O Senhor Vereador não solicitou que nesta listagem se incluíssem os terrenos que foram adquiridos para a zona industrial da Guia.

Mais do que isto, o Senhor Vereador também ligou para os serviços e falou com o Joaquim Alberto, e foi você também que lhe explicou o que é que pretendia. Portanto, aqui está, de forma isenta. Eu só dei nota ao Dr. Joaquim Alberto, proceda-se de acordo com o pedido do Eng.º Narciso Mota, e aqui está.

Mais nada tenho a dizer.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem. Senhores Vereadores, talvez valha a pena olhar para o plano e perceber aquilo que o senhor está a dizer. A escritura que o senhor celebrou, aquilo que o senhor



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

âqui nós trouxe é a celebração da escritura do dia 2 de agosto de 2013, celebrada com a Rosa Fátima Barros Duarte, filha do José Maria Duarte, o Fernando Paulo Duarte, e a empresa Horta dos Fumeiros, que era a empresa que, na altura, tinha esse património. Os prédios que estão identificados nesta escritura dizem respeito a esta área que está aqui, bastante longe da zona industrial existente, e que, nem hoje, no projeto de ampliação do parque industrial da Guia, nós chegamos aqui para fazer esta ampliação. Portanto, de facto, foi comprado com essa expectativa, hoje estes terrenos, eu julgo que só parcialmente é que integram a zona com aptidão de receber indústrias, nos termos do nosso PDM, porque eles estão muito afastados. Mas, esta escritura de agosto é esta que o senhor está aqui a dizer.

Pronto, acho que fica aqui a informação. Se a pergunta foi esta, e se o senhor falou com o Dr. Joaquim Alberto, não é a mim que tem que pedir satisfações.

Repare uma coisa, eu tenho a certeza que os terrenos da ETAR, se foram comprados para ser ETAR, não estão dentro do espírito do projeto que o senhor pediu, que eram terrenos para zona industrial, porque no princípio eram para ETAR, e foram comprados para ETAR, e fez-se lá nos terrenos que foram comprados para esse efeito. Muito mais tarde é que, ao se desativar a ETAR, eles deixaram de ter uso, e nós integrámo-los no conjunto dos prédios que foram vendidos em hasta pública.”

Narciso Mota (Vereador):

“Esse terreno da ETAR era do Senhor José Maria Duarte, que autorizou lá a colocação da ETAR, mas nunca vendeu nada à Câmara, e esse terreno estava em nome dele, e a Câmara teve que o comprar, eram dez mil metros quadrados de terreno.”

Presidente da Câmara Municipal:

“E comprou, comprou para ETAR.

Pronto, parece-me que está respondido, e portanto, era apenas aqui uma situação que no âmbito do PAOD precisava de ser esclarecida. Muito obrigado aos serviços pela informação que reuniram, e a prestação de esclarecimentos que dão também aqui ao Senhor Vereador.

Dava nota também de que no dia 1 de outubro tivemos aqui a apresentação do livro “Marquês de Pombal – Ascensão e Queda” – muitos dos Senhores Vereadores estiveram presentes – da autoria do Dr. Carlos Jaca; e que no dia 3 tivemos o vigésimo segundo aniversário do Rancho Etnográfico de Almagreira, que comemorava também o segundo ano nas atuais instalações – como sabem, na Escola Primária de Almagreira.

Tivemos também uma visita da Presidência do Politécnico às instalações do Núcleo de Formação Profissional de Pombal – depois aqui a Dra. Ana Cabral dar-nos-á também uma panorâmica da procura que os cursos têm tido.

E está agendada para o dia 15 de outubro a cerimónia de acolhimento dos novos alunos. Aguardava-se, de acordo com a informação de ontem, os resultados da segunda fase das candidaturas, uma vez que ainda não tinha sido definido se há cursos que abrirão, ou não. Dos seis cursos que abrimos, três têm já o número de candidatos suficientes, e portanto, está previsto que o ano letivo arranque com a programação que estava estabelecida.

Queria também aproveitar para informar a Câmara e felicitar o Renato Martins,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

residente no Paço, de vinte e quatro anos, que foi o vencedor da edição de 2021 do Prémio Académico Dr. Aires Ferreira Pinto – que, como sabem, é instituído pela Junta de Freguesia de Almagreira, em conjugação com o Dr. Aires Ferreira Pinto, e já está no seu décimo terceiro ano de funcionamento. O Renato Martins concluiu o mestrado integrado em engenharia química na Universidade de Aveiro, tem um envolvimento no movimento associativo da freguesia, nomeadamente na Associação Horizonte, na Associação de Moradores do Paço e na Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Almagreira.

Queria também dar nota da distinção, no âmbito do Prémio Pedro Matos, que se realizou no dia 2 de outubro, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Politécnico de Leiria, aos alunos Alexandra Manata, António Pereira, Cristiano Ferreira e Tiago Duarte, que receberam o terceiro prémio relativamente à sua participação neste prémio, cujo tema foi “A matemática e o meio ambiente”, tendo a entrega sido adiada para este momento, devido às restrições impostas pela Covid-19. Os alunos concorreram com uma maquete de uma casa ecológica.

Também no mesmo processo, António Pereira e Tiago Duarte foram premiados com o terceiro prémio, relativo à sua participação no concurso, em 2021, com o tema “Matemática e o Planeta Terra”. Os alunos concorreram com o trabalho “Paper MTA”, que teve como base um estudo estatístico referente ao consumo de papel, feito na sua escola, apresentando algumas soluções para não se consumir tanto papel.

O Prémio Pedro Matos é um prémio na área da matemática, promovido pelo Politécnico de Leiria, e tem como objetivo fomentar a criatividade e o interesse pela matemática e suas aplicações, bem como despontar novos jovens talentos.

O aluno do sétimo ano do Agrupamento de Escolas da Guia, Gonçalo Santos Fernandes, recebeu a medalha de ouro nas Olimpíadas Portuguesas da Matemática, organizadas pela Sociedade Portuguesa de Matemática, em parceria com o Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra, que conta com o apoio do Ministério da Educação, da Ciência Viva, da Fundação Calouste Gulbenkian, do Novo Banco, da Texas Instruments, da Epicode – com quem nós trabalhamos também com algumas escolas – e da Gradiva Editora.

Dava nota também à Câmara de que está previsto hoje, até domingo, a abertura e funcionamento do nosso Mercado Medieval; que no domingo, às 16h30, teremos a inauguração do Centro de Formação e Inclusão Socioprofissional da CERCIPOM, as novas instalações na Rua António Champalimaud, na zona industrial da Formiga; e entre os dias 12 (terça-feira) e 15 (sexta-feira), receberemos uma comitiva de Biscarrosse, a Senhora Presidente da Câmara, as adjuntas e Vereadores para a cultura e para a educação, para além do Chefe de Gabinete da Senhora Presidente de Câmara, e membros da comitiva da Associação de Amizade Biscarrosse – Pombal, que nos visitarão, a retribuir a visita que nós fizemos há três meses atrás, e que se envolverão também no conhecimento mais específico das atividades no campo da promoção do sucesso educativo, de reforma de instalações e de investimentos no campo da educação, que fizemos nos últimos anos.

E está agendada para o domingo, dia 17, às 17h00, no Teatro Cine de Pombal, a tomada de posse e instalação dos novos órgãos autárquicos.

E portanto, no que diz respeito ao período de antes da ordem do dia, era apenas isto.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

Senhores Vereadores, não sei se alguém, neste período, quer usar da palavra. Faça favor, Senhor Engenheiro.”

Narciso Mota (Vereador):

“Senhor Presidente, antes de mais, quero deixar aqui uma nota de apreço, de respeito e de consideração, e de felicitações, por ter, efetivamente, a honra de ter estado aqui durante quatro anos na minha função de Vereador, com uma certa humildade que é característica daqueles que efetivamente pugnam pelo bem público e pelo bem-estar de todas as pessoas.

Estive vinte anos aqui como autarca, como Presidente de Câmara, depois estive quatro anos como Presidente da Assembleia Municipal. Nesses quatro anos como Presidente da Assembleia Municipal, felizmente nunca cortei a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, na altura, e agora ainda Presidente de Câmara – que ainda não foi substituído – Dr. Diogo Mateus, mas nesses quatro anos como Presidente da Assembleia Municipal, eu senti-me muitas vezes ignorado, marginalizado, e até ridicularizado nas minhas funções como Presidente da Assembleia.

Quando aparecia em lugares de convite próprio, muitas vezes a minha pessoa não aparecia ao lado do Senhor Presidente da Câmara, porque eu era uma pessoa para ignorar, e para desprezar, e para marginalizar.

Isso levou-me, depois, a que eu ponderasse e apresentasse o Movimento Pombal Humano. E o Movimento Pombal Humano terminou porque eu apostei logo, desde a primeira hora, numa nova ambição para Pombal, porque se não houvesse essa nova ambição, o Movimento Pombal Humano estava ainda em vigor – podia não ser por mim presidido, mas podia ser por alguém que, efetivamente, continuasse a fazer mais e melhor, como eu apregoei quando apoiei a candidatura do Senhor Presidente da Câmara, no seu primeiro mandato.

Por ironia do destino, passaram-se oito anos, e hoje é altura de nós fazermos um balanço do bem que se fez, ou menos bem, e do que se fez mal e pior. E eu estou aqui para deixar isso consignado em ata, que é um testemunho que fica escrito, não é preciso divulgá-lo pela comunicação social, porque a comunicação social no nosso concelho só transmite aquilo que, efetivamente, deve transmitir. Muitas vezes, as opiniões dos Senhores Vereadores da Oposição, essas ignoram-se completamente, porque essas notícias não devem ser transmitidas e informadas à opinião pública. Por isso é que nós chegámos à situação a que chegámos.

E pondo isto em consideração, eu queria deixar aqui uma nota de referência às últimas eleições autárquicas, que se realizaram no dia 26 de setembro, pelo menos só a nível do Distrito de Leiria. Nós verificamos no Distrito de Leiria, e no nosso concelho em particular, que, infelizmente, só votaram 47% das pessoas; os 53% de abstenção devem-se ao descrédito que os Partidos políticos têm vindo a ter após o 25 de abril, porque surgem novos Partidos, sem grande representação, surgem os movimentos independentes, e o movimento independente no Distrito de Leiria foi buscar a Câmara de Peniche, que foi do PSD, do PS e do Partido Comunista, foi buscar a Câmara da Marinha Grande, que foi sempre do Partido Socialista e do Partido Comunista, foi buscar a Câmara de Caldas da Rainha, que foi sempre do PSD – pelo menos nos últimos trinta anos – e agora passou



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

para um movimento independente, foi buscar a Câmara da Batalha, de um catedrático político, que é o Paulo Batista, que passou para um senhor que já foi pelo CDS, já foi pelo PS, e hoje é militante do PS e deputado, e ganhou essa Câmara, como se ganharam dezanove Câmaras a nível nacional.

Portanto, há qualquer coisa que está mal na política. E se esta Câmara não tivesse um novo rasgo e uma nova visão, se calhar também estávamos nessa situação.

Eu, como social democrata que sou – porque nunca mudei de Partido – quero dizer aqui que há muita propaganda na política, há muito sectarismo político, há muito elitismo, e há também muita mentira. Vejam como é que um Primeiro Ministro de Portugal se portou a nível nacional. Eu acho que os Presidentes de Câmara de Coimbra – que querem agora para lá o aeródromo, e já vou falar nisso, porque já lá está a haver a escola de paraquedismo, que saiu daqui para lá, mas já vou falar nisso – e a nível nacional, prometeu-se muita coisa, em Coimbra, a maternidade, isso tudo, e isso não é próprio de um estadista.

Eu, aqui há uns anos atrás, quando a Senhora Vereadora Ofélia Moleiro foi para deputada, na Comissão Política Distrital – que sempre lá estive, como estive vinte anos na Associação Nacional de Municípios – disse que Pombal tinha que ter um deputado. Se fosse um jovem, era o Vereador Diogo Mateus; se fosse uma senhora, era a Ofélia Moleiro; e se fosse um independente, era o João Coucelo. E depois, mais tarde, o Pedro Pimpão foi para deputado porque eu disse que era só o jovem que havia possibilidade de ter – porque nós tivemos já três deputados, já disse isso várias vezes.

Portanto, o Senhor Presidente da Câmara, penso que será um ótimo político na Assembleia da República, comparo-o muito a este atual Primeiro Ministro – não devia dizer isto, mas digo isso por imperativo de consciência. Acho que em Lisboa, na Assembleia da República, tem um lugar distinto e de vocação para, no futuro, continuar a sua atividade política.

Eu nunca tive ambições políticas, não as tenho, mas tenho as minhas convicções políticas e religiosas, que não as perco.

Portanto, era isto que eu queria deixar como nota. Nós temos que nos interrogar Porque é que surgem novos Partidos, Porque é que nós não temos quatro ou cinco Partidos já na nossa democracia, e Porque é que o povo se está a afastar do cumprimento do dever cívico de votar; e ficam em casa – que são mais os que não votam do que aqueles que votam. Essa é a preocupação que deve ser de todos os portugueses, e não só de mim próprio, mas de todos nós.

Portanto, sabendo distinguir o interesse público do interesse privado, eu gostaria de perguntar aqui ao Senhor Presidente da Câmara quais foram as diligências feitas, nestes oito anos, em relação à Unidade de Cuidados Continuados, à compra da Quinta do Emporão – que estava na iminência de ser expropriada, porque era difícil negociar com os donos, porque não queriam vender, e pensam que aquilo está tudo urbanizável, e não se conseguiu comprar; passaram oito anos, devia ser expropriada, como é que está essa situação da expropriação da Quinta do Emporão, que havia aqui um projeto para a ampliação da zona desportiva, e aprovado, que não se concretizou – a casa junto ao antigo parque de máquinas, que nós queríamos lá implantar o Museu dos Bombeiros e o Museu da Resina naquele espaço, em que tirámos de lá as máquinas, e está lá uma casa



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

para expropriar também há oito anos, a Quinta de Santana, se está já a trabalhar, ou não – porque eu tive a percepção de que a Quinta de Santana podia lá ter a primeira arrendatária, que pagou 1.500,00 € de renda no primeiro ano, depois foi aumentada até quase aos 2.000,00 €, e que se foi embora desanimada por não ter o devido apoio. Eu acho que estas obras – e já vou falar também no Senhor Vereador das Obras Públicas – acho que aquelas obras deviam ser feitas pela Câmara, porque temos aqui técnicos especializados, competentes, para as fazer tão bem ou melhor do que aquelas que foram feitas por um empresário que está na França, e que gastou lá 200.000,00 €, acho que ele não tem disponibilidade para gerir a quinta com proximidade, também a quer alugar, como a Câmara a tinha alugada, porque ainda não abriu, está ali, e daqui a dez anos, se calhar, ainda está na mesma. Eu tive a percepção, com muito respeito que eu tenho por aquele investidor, que a Quinta de Santana, há interesse em adquiri-la, e não em explorá-la, porque a quinta está bem situada, etc. Ele investiu lá 200.000,00 €, tem que pagar isso, e nós temos que saber Porqueé que, passados oito anos, a Quinta de Santana ainda não está.

Eu acho que também tenho que falar aqui – já falei várias vezes – tenho que falar aqui no quiosque que está ali, que nós não tivemos capacidade – o Senhor Vereador das Obras Públicas está a ouvir-me, eu vou também fazer aqui uma pergunta, daqui a bocado, em relação ao projeto do Teatro Cine – esse quiosque está a ser utilizado por pessoas que fizeram as obras de manutenção, que a Câmara deveria ter feito as obras de manutenção, e devia ter alugado por concurso o quiosque, e não entregá-lo a uma pessoa que fez lá as obras, que nunca mais paga renda, porque qualquer dia é mais dele, e transferiu-se o turismo lá para cima, depois de se destruir um quiosque, que só foi destruído, e a casa de banho, que passados oito anos, ainda não está construída, que é uma casa de banho que se vier um turista à meia noite, não tem onde fazer as suas necessidades, não temos essa casa de banho que existe nas principais cidades do mundo, e que custa mais de 100.000,00 € - aquela obra custava 200.000,00 €, o empreiteiro só recebia 42.500,00 €, descaracterizou-se todo o projeto, e pôs-se de parte um quiosque que podia ser para o turismo, podia ser para o engraxador, e podia ser também para a casa de banho que estava ali – não havia cheiros, não havia nada. Mas, porque houve pessoas que diziam que aquela casa de banho era mal cheirosa, e que até era a retrete não sei de onde, influenciou o Executivo para destruir aquilo, que tinha permitido fazer-se, como sabe o Diogo Mateus, que foi meu Vice-presidente durante vinte anos. Portanto, foi o abandonar, e o estragar, quando nós só pagávamos 5.375,00 € por aquela obra – 42.500,00 €, era 85% apoiada por fundos comunitários – e descaracterizámos aquilo porque havia pessoas que não gostavam.

Como também o aeródromo do Casalinho, também não se aumentou de novecentos metros para mil e duzentos metros, saiu de lá o avião, já houve lá concursos internacionais de aeromodelismo, e estava como estava, e não se fez nada por aquele aeródromo. Agora já se está a reclamar um aeródromo para Coimbra, quando nós aqui estamos entre o Porto e Lisboa, e aquele aeródromo podia estar construído, e não se cumpriu com aquilo que o Fernando Lopes disse, que quiseram pôr a Câmara em tribunal, que o Fernando Lopes fez uma extração de uma espécie de tout venant, cascalho e resíduos para pôr lá na pista



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

dos novecentos metros, e ficou de eliminar lá um talude que está na vertical, para o pôr inclinado, porque aquilo está perigoso, e nunca fizemos isso. Falei com o Nuno Mota, falei com muitas pessoas daqui, e o rapaz ainda agora me disse que não está feito.

Talvez a “nova ambição” tenha palavra e concretize aquilo que, efetivamente, nós prometemos fazer.

Também prometemos fazer um parque para os táxis, quando os convencemos a sair dali, estão ali numa situação miserável, não vejo projeto nenhum para que aquilo efetivamente se faça, e que se devia fazer, também para dar dignidade àquilo.

A pista do Casalinho, também gostava de ver o que é que está feito em relação à pista do Casalinho, não passou de novecentos metros para mil e duzentos metros, o avião ainda não regressou, a escola de paraquedismo não foi para lá. Falei com os indivíduos do aeródromo, encontrei no hospital o Presidente do aeródromo de Leiria, queria passar para aqui a sua escola de pilotagem de lá, e queria utilizar aquilo, disse para ele falar com o Senhor Presidente da Câmara, não sei se falou, mas não se fez nada durante estes oito anos.

Eu penso que o pelouro das obras públicas, Senhor Pedro Murtinho, também falhou muito, porque eu fui pressionado, influenciado por um indivíduo que eu conhecia, porque trabalhou comigo durante cinco anos, queria que eu não permitisse que se fizesse aquela casa de banho, que custava 100.000,00 €, que não contava gastar aquele dinheiro, e que não tinha verba para pagar aquilo, ele só ganhou a obra e não ganhou o segundo empreiteiro, que era o Júlio Lopes, porque ele se enganou nessa obra. Ele não queria fazer, custava 200.000,00 €. Ele saiu daqui, fez-se logo tudo. É na horizontal, gasta-se 5.000,00 €, põe-se aquilo tudo envidraçado, e põe-se ali, em termos históricos, o Posto de Turismo, e em termos históricos, o quiosque que sempre existiu – que quando eu andei aqui nos anos cinquenta a estudar, existia aqui o quiosque, depois passou para ali, e em Pombal sempre houve engraxadores, e sempre houve quiosque. Eliminou-se e não se respeitou, e até se podia, agora que se fazem aí tantas participações para o Ministério Público e companhia, se tivesse sido feita uma participação com a descaracterização da regeneração urbana, apoiada em 85%, para o Tribunal Europeu, para a CCDR, e tudo, aquela obra, que nós gastámos lá pouco dinheiro, tínhamos que repor tudo, porque não respeitámos o projeto, que todos aqui aprovámos por unanimidade, e que teve ali até uma maquete do quiosque, etc. Bastou ser Presidente da Assembleia, fazer um apelo ao Senhor Presidente, que me virou as costas, não me ligou nada, na altura, e que fez o que ele entendia, porque havia ali um indivíduo, ou dois, amigos – como também há um amigo, que eu não vou citar o nome dele, no Casalinho, que não quer lá o barulho dos aviões. E como o Presidente da Câmara ouve um gajo qualquer que diz que não quer uma coisa, pronto, vamos ao encontro daquilo que as pessoas querem, mas esquecemos aquilo que a maioria das pessoas quer que se faça, e querem usufruir, e querem ver, em termos de evolução e em termos de qualidade de vida, concretizado no concelho.

Também gostava de saber – eu fui duas vezes à Brisa com o Raúl Castro para defendermos e apoiarmos a construção do nó da autoestrada, a quinze quilómetros de Leiria e a quinze quilómetros de Pombal, entre o Barracão e Meirinhas, também gostava de saber se isso teve algum andamento, porque isto está para fazer. O futuro Presidente da Câmara, que eu apoio incondicionalmente, está isso em ata da última reunião, a “nova



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

ambição”, penso que ele vai efetivamente saber definir prioridades, vai ter um pelouro de obras públicas à altura, que lhe facilite a vida, para ele fazer mais e melhor – como eu dizia há oito anos atrás, e agora cheguei à conclusão de que não se fez mais e melhor; fez-se menos e pior, e algumas coisas bem, e outras mal.

O Lar das Meirinhas andou oito anos para se concluir, quando ele se podia concluir em 2014, levantou-se problemas. O edifício do Lar de S. Sebastião fez-se para transferir para lá a Divisão de Obras Públicas, contrariamente àquilo que estava previsto, foi para lá a PMU, que estava muito bem onde estava, mas se calhar era inconveniente se ela lá continuasse. E as pessoas que foram da PMU para aquele edifício têm lá três ou quatro gabinetes – que o Senhor Presidente da Câmara, se calhar, nestes oito anos, não foi lá duas vezes, ou três, sempre lá esteve um Vereador para se fazer bem, e para o Presidente da Câmara estar informado, e eu, quando a PMU estava a funcionar, ia à DOPA, das obras particulares, e passava por lá todos os dias, e dava orientações ao Senhor Eng.º Carreira – que ele precisa de muita orientação, e de muito apoio, e de muito aconselhamento, não é o Meirim, que veio para a escola sem perceber nada de educação, que lá vai melhorar aquilo, também não é a Elisabete que lá vai melhorar aquilo, tem que ser um Vereador à altura, ou o Presidente da Câmara que passe por lá, e que faça com que aquilo funcione com qualidade, com estabilidade, com motivação, com estímulo, não com assédio, mas com condições de trabalho. Aqueles gabinetes que lá estão da Cruz Vermelha – com muito respeito pela Cruz Vermelha, nós também arranjámos umas instalações novas para a Fundação dos Lions, que está a funcionar, e bem, veio para cá – a Associação dos Funcionários do Centro de Saúde, a Associação Biscarrosse – com muito respeito pela Associação Biscarrosse – e os rotários, podiam estar a funcionar num prédio, que o Carrasqueira fez um projeto em 2012, 2013, com cave, rés-do-chão, primeiro, segundo e terceiro andar, que está degradado, e que nós comprámos aquilo, há oito anos que não se fez nada, onde se poderia pôr, por exemplo, no último piso, essas associações, e criar condições de trabalho às pessoas.

Senhor Presidente, eu tenho muita consideração por si, sou muito mais seu amigo, tenho idade para ser seu pai, e hoje também tenho aqui a flexibilidade e a humildade para estar aqui, para ajudar a fazer mais e melhor, como eu sempre o respeitei, em vinte anos que esteve aqui. E contrariamente àquilo que pode pensar, se falar com o seu amigo da Batalha, que é também meu amigo, que sempre esteve na Comissão Política Distrital, e como secretário, e tudo, sabe a opinião que eu fiz lá, que Pombal tinha três deputados, e que o indiquei como deputado, antes de indicar o Pedro Pimpão para a Assembleia da República. E fazia lá um ótimo lugar – um ótimo lugar, que eu sei, tem as características, sabe julgar e sabe estar, e sabe defender a sua convicção política. E lá é um lugar de estadista, que se coaduna à sua perspicácia, à sua experiência política, e espero que o venha a ter, porque o senhor tem ambições políticas. Eu nunca tive ambições políticas, o senhor tem, e tem essa referência indicada por mim.

O corredor ribeirinho, também pouco se fez, eu queria um corredor ribeirinho entre Albergaria dos Doze e Almagreira, tem que se fazer.

A variante da Guia também se tem que fazer, o acesso à Praia do Urso – não é só à Praia do Osso da Baleia – para que as pessoas lá possam ir.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

E eu acho que temos que ter esperança com a “nova ambição”, para se ter melhor futuro para Pombal. A Câmara fechou porque, efetivamente, nós trouxemos para aqui Securitas – com muito respeito pela Securitas, e pelas pessoas que estavam aqui – eu entrava ali, nem me conheciam, e estavam ali duas funcionárias competentes, que podiam ser substituídas por outros, eram dois postos de trabalho, e a Câmara não era designada agora como Câmara fechada, era uma Câmara aberta. Espero que a “nova ambição” tenha em conta esses dois postos de trabalho.

Também se foram buscar secretários de Leiria, de Partidos diferentes, para aqui, para o Gabinete de Apoio, e de outros concelhos, e despromoveram-se aqui também secretárias. Também se despediram aqui muitas pessoas indiretamente, que pertenceram ao Gabinete do Senhor Presidente da Câmara, que devem ser respeitadas. E há que haver motivação, estímulo e ação, eliminando todos os assédios prejudiciais, eliminando o sectarismo, eliminando aquilo que se faz por revanchismo e por vingança, para bem de uma democracia participada, consolidada e democrática, que é isso que nós queremos para o futuro, que as pessoas não fiquem em casa, e que votem.

Agora, vou aqui ao Senhor Pedro Murтинho. Senhor Eng.º Pedro Murтинho, como diretor de obras, o Senhor Presidente não tem razão nenhuma. Há uma casa – já disse, como muitas coisas que ficaram por fazer; levaram oito anos, etc. – há uma casa nas Várzeas de Vila Cã, em que eu tenho lá ido várias vezes, porque sou amigo de um amigo que estava no Canadá, já estive na América e estive na França, estive aqui comigo na escola, nos anos cinquenta, essa casa das Várzeas era de um emigrante – eu fui lá uma vez, aqui há uns anos atrás, e disse: “Então, você tem aqui esta casa dos seus pais a degradar-se? Repare a casa, mantenha-a funcional.” E esse senhor emigrante, que é o Senhor Arsénio Duarte Ribeiro, das Várzeas de Vila Cã, disse ao meu amigo que o Senhor Vereador Pedro Murтинho passou por lá, apareceu lá a fiscalização quando ele estava a iniciar a obra, há dois anos, mandou fazer o projeto, porque a pessoa que denunciou aquilo está ligada à fiscalização, e também tem pessoas de família para fazer o projeto, mandou fazer o projeto, está na Câmara há dois anos, e o homem está desesperado, revoltado, indignado com esta Câmara – e esta Câmara somos todos nós, e é também o Presidente da Câmara. E que o Senhor Vereador disse isto – eu até escrevi, de acordo com o que me comunicaram: “Há abusadores que têm que sofrer”, quando ele reclama a licença para continuar as obras. Só uma pessoa que não tenha noção nenhuma do que é uma obra pública. O Senhor Arsénio disse que o Senhor Vereador das Obras Públicas e Particulares passou por lá, e que quando ele reclama o licenciamento do projeto que está na Câmara, e a obra parada há dois anos, que o senhor disse isto textualmente, “há abusadores que têm que sofrer”. Os abusadores têm que ser punidos quando eles são abusadores, mas não têm nada que sofrer, isto não é correto. Isto foi o que me transmitiram.

Portanto, Senhor Vereador, passe por lá, fale com o Senhor Arsénio, acho que era de bom senso que o Vereador das Obras Particulares e das Obras Públicas tenha a noção do que é uma obra interrompida, de manutenção e beneficiação, durante dois anos parada, com o projeto metido na Câmara, e que ainda não teve a licença para continuar com a obra. Acho que o bom senso – e qualquer Presidente da Câmara tem que ter esse bom senso... O senhor ainda não fez modificação nenhuma, apenas interiormente. A casa tem as



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

mesmas áreas de implantação, era a casa dos pais dele, que ficou para ele, ele está a repará-la, que é ao lado da casa dele, nova, nas Várzeas de Vila Cã. E continuava a obra, ele fazia o projeto, passava-se a licença da obra, ele pagava o projeto, e tudo, se houvesse necessidade de projeto, tendo em conta o redimensionamento interior, ou qualquer coisa que justificasse isso. Mas a obra não devia parar.

E agora, vou dizer outra coisa: o Senhor Vereador trouxe aqui – o Senhor Presidente da Câmara não esteve cá – o projeto de ampliação do nosso Teatro Cine. O projeto de ampliação do nosso Teatro Cine foi pensado já há uns catorze anos atrás, que era pequeno, mas nós pensávamos que fazíamos esse projeto e que não descaracterizava nada do edifício. Agora, o projeto é reduzir o Café Concerto, para ficar diminuído, prejudicado, e esse projeto que está feito, que foi aqui apresentado, não deve ser executado. E não deve ser executado, e vou dizer por quê: tínhamos que parar a utilização daquele edifício durante um ano para fazer a obra, descaracterizado completamente – que nós procurámos não descaracterizar muito. E gastar 600.000,00 €? Era um atentado económico, era gestão danosa que nós iríamos fazer aqui. Por quê? Porque nós agora temos aquele de trezentos e vinte lugares, temos outro de duzentos e tal, parar aquele – em Leiria, vai-se fazer um pavilhão multiusos, com todas as finalidades, onde há vários anfiteatros – vários, em Leiria, e não vão lá fazer obras nenhuma. Quem gasta 600.000,00 € ali, é uma gestão danosa, porque nós podemos, com mais 400.000,00 €, fazer um ginnodesportivo novo, de raiz, na cidade, e justifica-se, gastando 1.000.000,00 €, ou fazendo um pavilhão multiusos, com esse anfiteatro e polivalente na zona desportiva.

Portanto, não vamos cair na asneira de fazer esse investimento; que se gaste 1.000.000,00 €, ou 1.500.000,00 €, ou até 2.000.000,00 €, com a respetiva candidatura. Gastar ali 600.000,00 €, descaracterizar o edifício, parar aquele edifício durante um ano, e não fazer um novo, é uma decisão má que se está a tomar.

Isto pode ficar em ata, espero que a “nova ambição” analise os prós e os contras da construção desse projeto, e que depois tome a opção de fazer ou não fazer, para bem do melhor de Pombal.

Outras coisas que eu também queria falar aqui, já falei da demissão das secretárias, e não promovemos as nossas, instalou-se aqui um sentimento de medo, em que a iniciativa, a criatividade e o saber fazer não eram apresentados aos membros do Executivo, admitiram-se muitas pessoas, e outras pessoas ficaram na prateleira, subaproveitadas, infelizmente – e eu ando por aí e vejo, e ouço as pessoas todas, e tiro as minhas ilações, que tem que ser corrigido isso, para bem do futuro, e do bem-estar, e do estímulo, e da motivação, e da realização de todos os que estão aqui, nessa grande família laboriosa da Câmara, como eu citava nas festas de natal, e para o bem do futuro de todos aqui, para sentirem que efetivamente são úteis, que são necessários, que estão a evoluir nas suas carreiras – infelizmente, não evoluem há muito tempo – e que não vêm pessoas de fora tirar-lhes os lugares que eles podem bem executar, de acordo com a sua especialização – que a nossa Câmara se deve orgulhar, que sendo na região centro, tem os quadros técnicos mais qualificados e diversificados de qualquer Câmara aqui da região centro – tem cá todas as especialidades, todas as competências. E como essas competências são



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

dadas em escolas idóneas, há que as utilizar, há que as ter motivadas e estimuladas, para que a qualidade seja total em todas as áreas deste Executivo, que é plural.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Vereador, eu não o quero interromper, mas por uma questão de equilíbrio aqui nas intervenções que teremos, é natural que todos os Senhores Vereadores – e estamos aqui oito presentes – queiram usar da palavra, e se cada um falar meia hora, nós teremos quatro horas de declarações. E portanto, creio que não será o desejo de ninguém. E portanto, eu pedia-lhe para tentar resumir em um minuto, para não estar a prejudicar os Senhores Vereadores, porque de outra maneira, se cada um falar meia hora, são quatro horas, e à uma da tarde tenho um compromisso com um Senhor Presidente de Junta.”

Narciso Mota (Vereador):

“Eu vou já terminar.

Senhor Presidente, pondere e interrogue-se intrinsecamente se, de facto, as decisões de tirar pelouros a dois Vereadores, afastar tantas pessoas do seu Gabinete de Apoio, trazer para lá secretárias que não tinham raízes aqui, nem convicções idênticas à gestão social democrata, de Leiria, que se foram embora, e outras pessoas – aquela senhora que era jornalista, que é do PS, que está à frente das Mulheres Socialistas de Leiria, para que é que ela veio para aqui? Veio para aqui por compadrio. Era profissional? Mas, Porque é que ela esteve cá tão pouco tempo? Eu tive uma secretária, começou como secretária, passou a adjunta, e foi Chefe de Gabinete, e ajudou muito.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Quantos Chefes de Gabinete teve o senhor durante vinte anos? Três, quatro? Quantos Chefes de Gabinete teve o senhor? Teve pelo menos três: teve a Paula, teve o Fernando Parreira, e teve o Maia de Carvalho. O Fernando Parreira, antes de ser Vereador, foi Chefe de Gabinete. O senhor teve três em vinte anos, eu tive um em oito anos. Não, o senhor teve três Chefes de Gabinete. E qual é o mal?”

Narciso Mota (Vereador):

“Foi no primeiro ano. Um passou a Vereador, outras foram-se embora, reformaram-se, e depois tive a Paula lá vinte anos.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Olhe, sabe qual é a nossa diferença? É que eu, de facto, nunca olhei para o cartão partidário de pessoas que eram capazes de poder trabalhar; o senhor, ao contrário, quando as coisas não foram feitas do seu agrado, achou que devia ir para uma via independente. Agora, devem-lhe ter prometido mundos e fundos, e eu espero que o senhor mantenha esse entusiasmo nessa “nova ambição” daqui a quatro anos. Daqui a quatro anos, o senhor tem setenta e oito anos, ou setenta e nove, e vai ficar – eu quero estar enganado nas minhas palavras – frustradíssimo. Mas, Deus nos ajude, para que essas convicções sejam, de facto, acompanhadas com essa ambição, até porque o que nós temos, sabe o que é? Muita experiência, muita capacidade de trabalho, muita realização, muito conhecimento do concelho, e muito trabalho já demonstrado. É isso que nós temos. E pela primeira vez – pela primeira vez – nós temos uma Câmara que não tem uma pessoa – tirando a Dra. Odete, que está aqui há dois anos – que tenha experiência de estar aqui sentado – e o Dr. Pedro Pimpão esteve aqui nove meses, como o senhor bem sabe.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

Um minuto para terminar; para ouvirmos os Senhores Vereadores, se faz favor.”

Narciso Mota (Vereador):

“Senhor Presidente, as decisões dos tribunais que o senhor não cumpriu, duas: a serventia das Meirinhas, que não está a cumprir, ficámos de lá ir, não fomos lá nunca...”

Presidente da Câmara Municipal:

“Fomos lá sim, senhor, o senhor foi lá comigo. Não, a decisão está decidida. Se o senhor quiser passar para lá, para ir para o parque de estacionamento, vá por lá. O senhor é que tinha uma serventia, e achou que devia fazer a estrada ao lado da serventia. O senhor é que decidiu, não fui eu.”

Narciso Mota (Vereador):

“E outra decisão, que nós temos também de tomar, que veio para cá, também para a comunicação, para escrever aquilo que se deve escrever, também estava responsabilizado, se ganha um vencimento bom, um X por mês, não fica mais pobre se cumprir com essa punição do tribunal. “Dura lex sed lex”, há que cumprir com as punições.

Mas, para terminar, vou dizer o seguinte: as decisões do tribunal não foram cumpridas, ainda não me respondeu a tudo o que eu perguntei, e quero que me responda. Houve despedimentos indiretos, houve situações de medo, de bajulamento, de laxismo, e até de depressões que apareceram, assédios, marginalizações e outras mais, que criaram traumas a muitos funcionários e funcionárias aqui da Câmara, que estiveram com depressão em casa, por o ambiente de trabalho ser um ambiente à faca, é uma Câmara de medos, e isso tem que se eliminar. E eu estou muito esperançado que daqui a quatro anos – que sou político, mas não estou em funções aqui de responsabilidade – daqui a quatro anos, que se veja, com orgulho, aquilo que se faz e melhor, com a humildade característica de um estadista, que deve ser o Presidente da Câmara, sabendo distinguir o trigo do joio, sabendo eliminar o supérfluo do útil, e fazer aquilo que, efetivamente, está por fazer há quase trinta ou quarenta anos. Que venha a Unidade de Cuidados Continuados, que venha o pavilhão multiusos, ou que venha o novo anfiteatro para Pombal, que não se gaste dinheiro mal gasto, que não se esteja dez anos a recuperar uma casa, que não se tenha a Quinta de Santana dez anos parada, e mais não digo.

Obrigado, Senhor Presidente.”

Presidente da Câmara Municipal:

“A sua experiência política de Presidente de Câmara, de Presidente da Assembleia Municipal e de Vereador encontrou, nesta sua declaração, os motivos mais importantes para serem as suas palavras de avaliação de um mandato e de um trabalho feito por esta equipa, nos últimos quatro anos. Tenho a certeza absoluta de que o senhor o fez com esse propósito maior, que era demonstrar a todos aquilo que foi feito positivamente.

Senhores Vereadores, quem quer usar da palavra?

Eu primeiro ouço os Senhores Vereadores, e depois respondo.

Permita-me, eu sou o Presidente da Câmara, ainda sou eu que dirijo a reunião.

Dra. Odete, faça favor.”

Odete Alves (Vereadora):

“Muito obrigada, Senhor Presidente.

Prometo que serei mais breve, até porque não sou assim tão otimista como o Eng.º



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

Narciso Mota na “nova ambição”. Já percebi que interiorizou bem essas ideias da “nova ambição”. De qualquer modo, o que eu quero fazer hoje aqui é um balanço daquilo que foi este mandato.

Isto é, hoje é, no fundo, a nossa última reunião deste mandato. Eu não estive no mandato todo – como há pouco referiu – estive apenas em metade do mandato, ou pouco mais, mas aquilo que eu quero dizer é que, apesar de tudo, considero que o balanço que faço deste mandato é positivo, no sentido em que estive ao dispor dos Pombalenses e pude, de certa forma, influenciar algumas decisões relacionadas com o desenvolvimento do nosso concelho. Tivemos aqui alguns momentos difíceis, alguns momentos que nos envergonham a todos, muito por força daquilo que foram as intervenções de alguns dos membros desta Câmara – eu própria eventualmente também posso ter tido aqui algumas falhas, mais acaloradas, em algumas discussões, mas isso, cada um de nós fará a sua reflexão acerca daquilo que foi a sua atuação.

Apesar de tudo, considero que o que fica de tudo isto são as pessoas, e eu penso que – e falando de mim, acho que tive a possibilidade também de, apesar de haver aqui diferenças ideológicas entre nós, evidentes, apesar de tudo eu penso que consegui pôr de lado as questões ideológicas e respeitar todos, independentemente daquilo que eram as suas opiniões, as suas ideologias. E eu acho que é isso que se espera também de eleitos nestes órgãos, e é assim que também podemos dignificar este órgão, que é respeitar a opinião de todos, respeitarmo-nos uns aos outros, independentemente daquilo que pensamos acerca de cada um dos assuntos. Pelo menos da minha parte, penso que consegui fazê-lo, e o que retiro de tudo isto, apesar das discussões que tivemos, é que tenho em cada um de vós um amigo, e espero também que possam olhar para mim dessa forma, porque no fim de tudo isto, o que importa, mais do que tudo o resto, são as pessoas. Somos pessoas, somos todos pessoas, e é isso que eu quero aqui sublinhar, para já, neste balanço.

Depois, uma palavra também para os funcionários do Município. Eu penso que todos temos consciência de que tivemos aqui reuniões muito difíceis, muito longas, muito penosas, e em momento nenhum eu senti da parte dos funcionários enfado, ou alguma impaciência face a tudo aquilo que se passou aqui. Acho, e tenho que classificar a atuação dos funcionários desta Câmara como uma atuação de profissionais, de pessoas empenhadas naquilo que estavam a fazer, de dedicação à causa pública. E para mim, esta é a marca, pelo menos destes dois anos e pouco de mandato que eu tive, é a marca que fica na minha mente, que é o profissionalismo e a competência técnica, e a paciência infinita dos funcionários desta Câmara.

E eu não quero aqui destacar ninguém, mas vou deixar aqui um destaque especial para a Dra. Virgínia Moderno, que está aqui à minha frente, porque eu considero que ela foi extremamente prestável – sempre que nós lhe pedíamos algum esclarecimento, sempre que pedíamos algum documento em falta, estava sempre disponível, esteve sempre, com todo o seu profissionalismo, a explicar-nos alguma situação que fosse menos clara, e que nós necessitássemos desse esclarecimento, julgo que em todas as reuniões de Câmara teve sempre um empenho enorme naquilo que estava a fazer, fê-lo de uma forma muito séria, e que eu penso que nos orgulha a todos também. E por isso, eu quero deixar aqui este destaque e agradecer muito penhoradamente, não só à Virgínia Moderno, mas a todos os



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

funcionários também da informática, que tanta paciência tiveram connosco, e tanto nos ajudaram.

E mais uma vez, deixar aqui uma nota final de que, para mim, isto não é um “adeus”, é um “até já” a cada um de vocês – agora estou a perceber que só mesmo eu é que virei para o próximo mandato, mas eu não considero que isto seja uma despedida em relação a cada um de vocês, porque como vos disse, estarei sempre disponível, e creiam que têm deste lado uma amiga, que estarei sempre disponível, sempre que entenderem, para poder tomar um café, para poder conversar um pouco.

E ficarei dedicada – agora neste mandato, de forma completa, se Deus quiser, se tudo correr bem – ficarei dedicada mais uma vez à causa pública, espero, de facto, poder contribuir com as minhas reflexões e com o meu trabalho para que possamos ter um concelho verdadeiramente desenvolvido, e para que possamos também contrariar aquilo que foram os rankings recentemente publicados, da City Brand Portugal, que sintetizam um pouco daquilo que se passou nos últimos anos.

E eu espero realmente que esta “nova ambição” não passe só de uma afirmação, e que seja uma realidade, e que realmente possamos desenvolver economicamente o nosso concelho, que possamos apostar no turismo, que possamos apostar no digital, que possamos apostar no verde. E eu estarei aqui disponível para poder fazer esse trabalho com quem também estiver disponível para o fazer. Mas, também estarei para puxar as orelhas a quem se desviar desse trajeto. E portanto, esse também é um dos papéis que eu terei no futuro mandato, em que espero honrar, de facto, a confiança – e agradecer a confiança dos Pombalenses, que em mim também depositaram a sua confiança, e que o Partido Socialista possa afirmar-se cada vez mais como uma alternativa à governação PSD.

Muito obrigada a todos.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Obrigado, Senhora Vereadora. Dra. Ana Gonçalves, se faz favor?”

Ana Gonçalves (Vereadora):

“Senhor Presidente, caros colegas Vereadores, colaboradores do Município, comunicação social, muito bom dia a todos.

Encerramos hoje o mandato 2017-2021, um mandato atípico, invulgar, prejudicado por força da pandemia e do impacto direto das decisões do Presidente.

Recordo neste dia o meu tio, Joaquim de Almeida, ex-Presidente desta Câmara, que me incutiu o desejo de trabalhar em prol da comunidade, e cuja isenção, dedicação e honestidade procurei sempre honrar na minha vida e no exercício das minhas funções públicas.

Termino hoje um ciclo, um ciclo de doze anos de autarca, nos quais me dediquei em exclusivo à causa pública, um ciclo rico em experiências, partilhas, conhecimento e contributos para um concelho mais dinâmico e melhor; um ciclo que termino com a consciência de dever cumprido.

Orgulho-me em particular dos contributos em áreas tão diferentes como a gestão da empresa municipal PMU – mais tarde, PMUGest – fiscalização municipal, transportes urbanos (Pombus), o turismo e a cultura.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

Aprendi muito ao longo destes anos com técnicos e autarcas, e empenhei todo o meu “know how” e experiência profissional em prol da comunidade e de uma organização mais eficiente, mais dinâmica e com vontade de fazer mais pelo seu território.

Ultrapassámos obstáculos, aproveitámos sinergias com outros Municípios, estreitámos relações com diferentes entidades e marcámos a diferença na ação social, na educação, no turismo, no ambiente e na cultura. Deixamos um legado que muito me orgulha, e que estou certa que será impulsionado pelos próximos autarcas.

Nem sempre os colaboradores e autarcas partilharam as minhas opiniões, mas souberam sempre respeitá-las. A todos eles, o meu muito obrigado. É com a diversidade das ideias que se constrói a democracia e que se projeta um futuro melhor.

Ao Senhor Eng.º Narciso Mota, agradeço a oportunidade que me concedeu de voltar a Pombal, em 2009. Aprendi muito consigo, e foi um enorme privilégio trabalhar em prol dos Pombalenses.

Ao Presidente em exercício, Diogo Mateus, reconheço-lhe conhecimento e capacidade de trabalho. Dedicou a sua vida ao nosso concelho, e arrisco a dizer que era provavelmente um dos Presidentes de Câmara mais bem preparados do nosso país. Mas, desiludiu uma geração e os Pombalenses, errou quando permitiu que a gestão da autarquia fosse influenciada por terceiros.

Acredito que a história julgará com a objetividade e a distância temporal necessárias a ação de cada um. Até lá, aguardaremos serenamente pela justiça.

O trabalho autárquico e o empenho são permanentes e não se esgotam em cada ciclo de quatro anos. Desejo o maior sucesso aos autarcas que no dia 17 iniciam as suas funções.

Por último, quero endereçar uma palavra de agradecimento a todos os autarcas, nos diversos órgãos e nos vários cargos, que ao longo dos anos têm valorizado a democracia e têm contribuído para o desenvolvimento do nosso concelho; aos colaboradores municipais, que são o pilar e o motor da organização, um agradecimento muito especial pela dedicação, empenho e zelo profissional; a todos os Pombalenses que contribuem diariamente, com o seu trabalho, para a construção de uma comunidade mais desenvolvida e solidária, deixo a minha gratidão.

Levo comigo a consciência do dever cumprido e o melhor da vida de autarca, as pessoas, o bem que se faz pelos outros e a amizade que se constrói, independentemente das origens, dos títulos e dos Partidos.

Bem hajam.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado. Senhores Vereadores, mais alguém quer usar da palavra? Pedro, se faz favor.”

Pedro Martins (Vereador):

“Ora, muito bom dia a todos.

Queria, então, nesta última reunião, dizer que foi para mim uma grande honra e um grande privilégio desempenhar o cargo que desempenhei neste último ano e meio, cerca de dois anos, de uma forma um pouco fora do normal, não estando a contar vir representar aqui como Vereador o Município, aconteceu, e para mim foi, sem dúvida, uma grande honra e um grande privilégio.

Quero agradecer ao Senhor Presidente da Câmara por me ter proporcionado este grande



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

desafio, que encarei com muito empenho e com muita dedicação.

Não vou dizer um “até sempre”, digo antes um “até já”, porque nos vamos ver por aí. E uma vez disse “até sempre”, e enganei-me, não contava de cá estar novamente.

Quero também agradecer a todos os colaboradores deste Município que me proporcionaram trabalhar nas suas equipas e desenvolver projetos dos quais me orgulho. Obviamente o tempo foi curto, mas acho que deixei algumas sementes de alguns projetos – ainda hoje lançamos mais um, relativamente à desmaterialização dos livros de registos das viaturas, com a parte da gestão de frotas – e que fica aí a semente, e que os projetos vão continuar, porque as equipas são fortes, estão capacitadas, e obviamente que as equipas agarram estes projetos – e muitas vezes as ideias não são do Vereador, são das próprias equipas, nós temos é que alimentá-las e proporcionar que esses projetos se desenvolvam.

Quero pedir desculpas também às pessoas a quem eu não correspondo às expectativas, ou por falta de capacidade minha para as perceber, ou por opção também – houve opções que eu decidi não tomar.

E por isso, espero que nos continuemos a ver por aí, corroboro aquelas palavras que a Dra. Odete disse, o que importa mais são as pessoas, a amizade que fica. E obviamente, independentemente dos nossos pontos de vista sobre as situações, acho que todas as opções e todas as ideias são úteis para se conseguir algo melhor.

Então, digo “até já”.

Muito obrigado.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Senhor Vereador. Dra. Ana Cabral, se faz favor.”

Ana Cabral (Vereadora):

“Então, só também para terminarmos este ciclo iniciado, para mim, só em 2017 – e parece-me, Senhor Vereador, com o devido respeito que lhe tenho, que neste fechar de ciclo, não me parece ser tempo de falar sobre obra feita, ou por fazer, ou menos bem feita. Parece-me que essa obra, quer obra tangível, ou não, é visível a todos, a todos os municípios, a todas as entidades, a todas as instituições que conosco trabalharam, e cooperaram, e interagiram. Obviamente que estas decisões podem não ter reunido consensos, podem não ter agradado a todos, mas a democracia é isso mesmo, da pluralidade de opiniões nasce a obra, e a política nobre é precisamente isso, é respeitarmos e termos dignidade na forma como nos desempenhamos nesta causa pública. De uma forma muito simples, podemos orgulhar-nos do trabalho que desenvolvemos nestes quatro anos – e só posso falar por esses quatro anos – e de todo o trabalho que deixamos inscrito nas várias áreas de intervenção deste Município. Fomos acusados muitas vezes de não termos uma estratégia política fundamentada, sólida, que definisse as nossas ações, e fomos acusados de que as nossas ações eram soltas e sem coerência. Parece-me que aquilo que a Dra. Ana Gonçalves acabou de dizer – de uma forma escrita, e portanto, muito mais assertiva, talvez, do que a minha, porque estou a falar de coração, e estou a falar sem nada escrito – transparece nas suas palavras, de facto, que o nosso plano, o nosso projeto foi um projeto coerente, um projeto político e estratégico com coerência, com fundamento e com pensamento, que é coisa que hoje é muito rara. Hoje,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

infelizmente, o que ouvimos dizer nas propagandas políticas e nas campanhas são chavões. E, de facto, é preciso pensamento, pensamento crítico, reflexão crítica. E isso, orgulho-me de ter pertencido a uma equipa, durante estes quatro anos, que pese embora em muitos momentos estarmos em desacordo – mas, é assim mesmo, a vida é assim, não podemos abanar sempre com a cabeça, e se não é, nós somos uma “Maria vai com as outras”, temos mesmo que pensar também pela nossa própria cabeça; mas, orgulho-me de ter pertencido a uma equipa que, durante estes quatro anos, foi uma equipa com pensamento, uma equipa que refletiu, que foi crítica, que analisou os prós e os contras, que não foi por aquilo que nos diziam, que nos diziam ao ouvido, mas foi uma equipa que soube tomar as decisões, mesmo que outros não concordassem com elas, mas soube tomar as decisões de uma forma assertiva e crítica.

E, de facto, fiquei muito preocupada, porque tive o cuidado de ouvir muitos dos debates políticos na altura da campanha, e fiquei preocupada com alguma falta de conhecimento de alguns dos candidatos, que se propõem a candidatos para o designio do futuro deste concelho – alguns, foram vários, foram muitos, felizmente – algum desconhecimento de pessoas que se propõem para Presidentes de Câmara. E isso realmente assustou-me, porque como aqui já foi dito também esta manhã, este conhecimento das necessidades das pessoas do nosso concelho é extremamente importante para se traçar uma estratégia política.

De uma forma também muito sintética, dizer-vos que tenho muito orgulho, e saio com muito orgulho, fecho este ciclo com muito orgulho, porque nós conseguimos cumprir – nós, esta equipa, e também com o vosso contributo – e já direi duas palavras sobre isso – conseguimos cumprir mais de 90% do nosso programa eleitoral. Mas, o mais importante para mim é que fomos muito para além disso, nós deixamos ficar trabalho sólido, fundamentado, nas várias áreas de atuação, muito para além do que nos tínhamos proposto em 2017.

E não posso deixar fechar este ciclo sem uma palavra de agradecimento a todos os que, de alguma forma, se cruzaram comigo e contribuíram para que este mandato chegasse ao fim desta forma, de uma forma positiva, com a cabeça erguida e com um sentimento de missão cumprida – é isso que todos temos que levar quando fecharmos este ciclo, no dia 17.

Há quatro anos atrás, quando me foi lançado este desafio pelo Senhor Presidente da Câmara, não posso dizer que não me senti surpreendida, na altura, surpreendida e muito honrada, porque sempre acompanhei a obra deste Município, quer enquanto Presidente o Senhor Eng.º Narciso Mota, mas principalmente os quatro anos do primeiro mandato do Senhor Presidente da Câmara, Diogo Mateus, e da sua equipa – e que tive oportunidade de dizer isso também numa das primeiras reuniões de Câmara, quando iniciámos o mandato. Senti que era uma equipa que sabia exatamente aquilo que era importante para este concelho, em termos de desenvolvimento, e era reconhecida a nível nacional e regional por isso. E trabalhar com o Presidente Diogo Mateus, para mim, era um enorme desafio, quase num final de vida profissional. Eu tenho quarenta anos de serviço, tenho sessenta e um anos de idade, e ter esta oportunidade de trabalhar com uma pessoa rigorosa, com conhecimento, com pensamento crítico, era para mim talvez fechar este meu ciclo de vida profissional de uma forma muito, muito enriquecedora. E por isso, eu



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

tenho a agradecer muito esta oportunidade.

Acredito que não tenha sido, em termos políticos, aquilo que talvez fosse necessário, mas durante estes quatro anos cumpri aquilo que me disponibilizei a fazer em 2017, que foi cumprir com lealdade as funções para as quais fui eleita, cumprir com lealdade o compromisso que assumi com os eleitores que exerceram este ato de cidadania votando. Era impossível, em qualquer momento destes quatro anos, fechar a porta, ou deixar de cumprir até ao fim. E foi com lealdade que o fiz, quer ao Presidente Diogo, quer aos colegas Vereadores que trabalharam comigo, alguns que saíram a meio, outros que entraram a meio, mas foi sempre com lealdade que trabalhei com todos eles. E agradeço muito a cada um por me terem ajudado neste caminho, que era um caminho diferente da vida que eu até aqui tinha tido, neste caminho político. Muitas vezes me ajudaram, muitas vezes me ampararam, e por isso agradeço a cada um de vocês, nos vários momentos destes quatro anos.

Depois, a todos os funcionários do Município, a todas as equipas do Município. Eu costumo dizer muitas vezes que o trabalho dos políticos é traçar as metas, definir as metas, perceber aquilo que é importante para o seu território; mas, depois, se não tivermos equipas motivadas, capacitadas, empoderadas, com autonomia, esse trabalho pode ser defraudado. Eu não concordo minimamente com aquilo que o Senhor Vereador Narciso Mota disse, e voltou a dizer, e diz em várias reuniões, e voltou a dizer hoje; nós valorizamos as nossas equipas, nós capacitamos as nossas equipas – pelo menos nas áreas que eu tive mais de perto – nós deixamos ficar chefias em muitas áreas que não tínhamos quando entrámos, e acima de tudo damos-lhes a oportunidade de também eles serem autónomos, e também eles poderem ter a sua palavra no desenvolvimento das ações. E só assim é que se consegue, com equipas motivadas, com equipas capazes de desenvolver o trabalho. E isso, Senhor Vereador, também me orgulho de este Executivo ter deixado esse legado.

Dizer-vos que aprendi muito com eles, com as equipas, e que tenho a certeza que este trabalho, se é um trabalho sólido e agregador com estas equipas, tenho a certeza que elas vão dar continuidade às linhas que traçámos, e que o Executivo anterior, no mandato anterior, traçou, principalmente o Senhor Presidente, em 2014, e demos continuidade em 2017, e fomos muito além até agora, 2021.

Portanto, para todos eles, a minha palavra de gratidão, de apreço, e principalmente pela grande confiança que depositaram em mim, porque não foi fácil, foi um mandato, como já foi aqui dito também, atípico, e todos os pelouros que nos são delegados a meio de um mandato, é complexo, muitas vezes, entrar na dinâmica. E por isso, eu agradeço a todos a confiança que depositaram em mim, o terem acreditado em mim também, e a lealdade que tiveram com o Executivo, e com o Senhor Presidente da Câmara principalmente.

Por fim, também a todos os Presidentes de Junta, a todas as entidades e instituições que trabalharam comigo, no âmbito dos meus pelouros – que foram muitas, foram mais de uma centena de entidades com que trabalhei. E portanto, a todos eles eu agradeço, agradeço muito aceitarem o repto que foi sempre lançado, que nunca foi um repto unilateral; foi um repto de interação, de cooperação, e conseguimos esse trabalho, e é esse trabalho que vai ficar.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

E como todos já disseram aqui, o mais importante são as pessoas. De facto, há obra feita – obra feita em termos de equipamentos – mas, há muito mais do que isso, há toda a obra feita, que foi obra que nós temos desenvolvido com as pessoas.

Ao fechar este ciclo, também não é um adeus definitivo, nós nunca sabemos o que é que vai acontecer daqui a quatro anos. Eu desejo sinceramente ao próximo Presidente de Câmara, que tomará posse no dia 17, e à sua equipa, bem como aos Vereadores da Oposição, ao PS, à Dra. Odete e ao Dr. Luís, eu desejo que, de facto, nos próximos quatro anos consigam perceber o que fica, a importância do que fica, e desenhar o presente e o futuro a partir do que já está desenvolvido até agora, porque nós deixamos ficar muito trabalho planeado, muitos documentos estruturantes, e esses documentos estruturantes que ficam em várias áreas, são esses documentos estruturantes que é preciso ir trabalhando e pondo em prática, operacionalizando esses documentos estruturantes. Parece-me que isso será a base do trabalho futuro.

E portanto, desejo a todos os autarcas, Presidentes de Junta que foram também eleitos ou reeleitos, desejo-vos um trabalho de excelência para o nosso concelho.

Uma palavra de muita amizade para o Presidente Diogo, obrigada pelo caminho que percorremos juntos, e era impossível deixar de lhe ser leal até ao final.

Muito obrigada.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Senhora Vereadora. Senhores Vereadores, mais alguém quer usar da palavra? Dr. Michael, se faz favor.”

Michael António (Vereador):

“Antes de mais, permitam-me que faça aqui um breve parêntesis, evidentemente também vou fazer um balanço, estamos na última reunião de Câmara deste mandato de 2017-2021, mas só para dizer que no passado dia 28 de setembro, participei naquela tal vistoria conjunta à pedreira do Chão Queimado, em Vila Cã, vistoria conjunta da Direção Geral de Energia e Geologia, da CCDR, do ICNF, e eu acompanhei as duas engenheiras da Câmara Municipal, e tirei as ilações e constatei os factos que tinha a constatar.

Efetivamente, em duas ou três notas, dizer que houve lá uma área explorada que efetivamente ultrapassou o plano de lavra, mas isso já foi há mais de uma década, porque se vê que a parede está oxidada, são coisas que já vinham do passado, e que até foram regularizadas através do RERAI, assim como uma pequeníssima área de quarenta a sessenta metros quadrados, onde foi removido o coberto vegetal também para fora desse plano de lavra, por um erro do operador de máquina, mas é uma coisa a que chamaria bagatela. E registar sobretudo que verifiquei e constatei que estão implementadas todas as medidas de segurança, nomeadamente no que respeita à Lei aplicável, em termos de sinalização, e em termos de segurança das barreiras, no que respeita à exploração.

Também sei – e já agora, dizer que eu fui lá por este motivo, para ver do cumprimento do plano de lavra, mas a vistoria foi sobretudo por causa de uma reclamação, por causa das poeiras que se encontram ali presentes nas imediações, na estrada de acesso, e as pessoas que ali vivem, e isso constatou-se. Mas, também me foi dito pela administração da empresa que, primeiro, não conseguem contratar recursos humanos – isto não vem aqui ao caso – que têm contratado já instalações para cobertura dos equipamentos da fábrica propriamente dita, e que tiveram que contratar a metalurgia fora de Pombal,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

porque não há neste momento capacidade de execução de equipamentos metalomecânicos, e também que têm uma candidatura preparada para apresentar para candidatar a pedreira para equipamentos de britagem que já façam a lavagem e que absorvam essas poeiras. E portanto, eu quero acreditar que o futuro será melhor.

E o plano de lavra, para quem tiver curiosidade, efetivamente, tirando essas exceções de que eu falei, está a ser cumprido, sendo que eu sei que o novo pedido de licenciamento teve o seu fim e caducou, porque o estudo de impacto ambiental não estava em conformidade com aquilo que a CCDR entende que deve ser, e a DGEG, mas eu sei que a administração que explora aquela pedreira tem intenções de apresentar novo pedido de licenciamento, com novo estudo de impacto ambiental, para aumentar o plano de lavra para aquilo que consta do Plano Diretor Municipal, onde foi aprovado um ligeiro aumento daquilo que era o plano de lavra, ou daquilo que pode ser o plano de lavra, como é hoje, eles podem aumentar um pouco.

Mas, era para transmitir isto. Agora, estou a aguardar que a Eng.^a Túlia Paiva me envie um e-mail com alguns elementos que eu solicitei naquele dia à pessoa que dirigiu a vistoria, Eng.^a Anabela, da Direção da DGEG. E portanto, queria partilhar isto, porque eu pedi, já em março, alguns elementos, e para visitar a pedreira, e isso aconteceu no final do mês passado.

À semelhança do que os meus colegas Vereadores todos já fizeram, fazendo um pequeno balanço ao mandato que termina – pelo que eu percebi, no próximo dia 17 será a tomada de posse dos novos órgãos autárquicos, e portanto, imediatamente antes dessa tomada de posse cessa este mandato, e os nossos mandatos para este quadriénio – hoje é a última reunião de Câmara, e portanto, é a última vez que eu intervenho neste órgão, e também dizer algumas palavras.

Vou começar por dizer que são tempos inéditos. Eu, pela primeira vez – eu e todos nós, porque não há memória de uma pandemia assim – nós vivemos muito recentemente tempos que nos viraram a vida do avesso. Às vezes, costumo dizer que não pensava, ao longo da minha vida, viver e experimentar certas coisas, mas parece que temos que estar preparados para tudo. E esta pandemia virou-nos a vida do avesso, e grande parte do mandato, nós vivemo-lo e desempenhámo-lo em plena pandemia – nós tomámos posse a 21 de outubro de 2017, e até 17 de março vivemos em normalidade, no dia 18 de março era decretado o primeiro estado de emergência em Portugal. Portanto, nós vivemos este mandato, vinte e nove meses, diria, em estado normal, sem essas preocupações, mas depois, os outros dezanove meses, até à data de hoje, dezanove meses foram em pleno estado pandémico, e que, evidentemente, condicionou, e de que maneira, a ação desta Câmara, deste Executivo, mas também ao longo do nosso território, de todo o país, e não só o país, mas o mundo inteiro.

E portanto, este era o primeiro apontamento, que não é de ignorar, tem que ser considerado, em tudo o que foi acontecendo e foi sucedendo, e nomeadamente aquilo que foram as decisões que foram aqui tomadas, para tentarmos socorrer e apoiar as nossas populações, coisa que sempre todos defendemos – penso que praticamente por unanimidade, todos tivemos essa sensibilidade, e assim é que deve ser.

Eu vou dizer isto, como vou terminar, alguns de vós já aqui disseram, e eu concordo



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

plenamente, o mais importante de qualquer território são as pessoas, são as suas gentes, somos todos nós. A razão de existirem organizações como Câmaras, o nosso sistema democrático, é porque existem pessoas no mundo, é porque existem pessoas, neste caso, em Portugal e em Pombal, porque há gentes, porque há pessoas. E isso é que deve ser a primeira e principal preocupação, não só deste órgão, mas de qualquer político, e de qualquer governante que pretende fazer esta gestão.

Como eu dizia, ao longo deste mandato houve, depois, algumas alterações. Eu queria também dizer que cada um terá partido, e cada um se terá candidatado com as suas motivações, eu sei quais foram as minhas, digo-o, e sempre o disse frontalmente, a todos vós, fi-lo porque eu considereei que o rumo e as principais políticas, aquele caminho que Pombal deve seguir, eu tinha ideias substancialmente diferentes, fui-as aqui transmitindo, respeito também as vossas, evidentemente, mas eu tinha uma opinião diferente. Portanto, aceitei o convite que me foi feito pelo Eng.º Narciso Mota – como eu disse, cada um terá tido as suas motivações para se apresentar a eleições, assim como ao longo do mandato, cada um também terá tido as suas motivações sobre aquilo que foi fazendo e que foi dizendo, consoante a forma como as coisas iam acontecendo e sucedendo – acho que toda a gente está a perceber aquilo que eu estou aqui a dizer. Houve coisas menos boas, evidentemente. O balanço que eu faço é que, como disse a Dra. Odete Alves, houve momentos difíceis, houve momentos muito complicados e muito desagradáveis, diria mais, acho que foi mais no início do mandato – eu não quero estar aqui a exemplificar, e portanto, deixar este apontamento, falando do menos bom, para depois acabar de uma forma mais airosa, se me permitem.

Dizer que, evidentemente, as coisas menos boas que foram sucedendo, eu não posso ignorar as pessoas que me faltaram à palavra ao longo deste mandato, e o Pedro Martins sabe do que eu estou a falar, porque houve uma renúncia neste Movimento porque havia um compromisso, que depois o Pedro não quis assumir, mas isso ficará na sua consciência, também já disse o que tinha a dizer sobre esse assunto. Não, as conversas que tivemos, houve uma renúncia porque tu assumirias o teu cargo de Vereador junto da Oposição. Não, não estou a mentir, por isso é que houve uma renúncia, porque havia essa disponibilidade. Adiante. Pedro, isso já foi aqui falado, eu acho que tu só ganhas em não falar mais nisto. Fica na tua consciência. Pedro, tu assumiste um compromisso comigo, e eu não admito que me digas o contrário. E toda a gente percebeu, ponto final. Por isso é que houve uma renúncia, porque senão não tinha havido uma renúncia ao mandato. Adiante. Tu candidataste-te por um Movimento, a quem depois faltaste à palavra e viraste a casaca. Pois, não estavas disponível, mas depois, como te aliciaram...

Eu vou terminar. Eu nem quero dar a importância – como se falou há pouco – a certas coisas que foram sucedendo aqui, ainda no início deste mandato. Fica na tua consciência. Toda a gente sabe o que se passou, aliás, foi do domínio público, eu é que fui encarregado de tratar disso.

Portanto, como eu dizia, houve coisas menos boas, mas ao longo do mandato – João, esses apartes ao longo deste mandato também eram escusados... Eu estava a fazer uma intervenção tranquila e serena, mas enfim, há pessoas que não gostam de ouvir certas coisas.

Estava eu a dizer que eu faço um balanço, obviamente houve momentos difíceis, houve



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

momentos complicados. Em final de mandato, durante o mesmo, eu disse sempre tudo o que tinha a dizer, não vou aqui repetir hoje sobre as políticas que foram implementadas, ou não, eu já disse que a minha opinião era substancialmente diferente. Mas, evidentemente, eu não sou como certas pessoas, que ainda agora, no último ato eleitoral, toda a gente sai vencedora. Eu fui a eleições com o Eng.º Narciso Mota por um Movimento independente, e nós perdemos, a verdade é essa. A ideia era ganhar as eleições – e por isso é que foram disputadas – com essa verdadeira intenção, não é como aqueles Partidos mais pequenos que ficam satisfeitos, mesmo aqueles que não elegem mandato nenhum; não, não era essa a ideia. Mas, eu assumi o meu mandato, assumi o meu mandato como Vereador da Oposição, foi uma experiência nova para mim, porque, como sabem, eu tinha sido Vereador pela maioria, também estive aqui na Assembleia Municipal, foi uma experiência nova para mim, mas foi enriquecedora.

Não vou dizer, evidentemente, que dá o mesmo trabalho, porque uma coisa é estar a tempo inteiro e em regime de exclusividade, e acompanhar pastas, dossiers e processos, mas quem se quer preparar, inteirar e preocupar com os interesses do concelho, diria que também deu trabalho, mas foi para mim um desafio interessante, e foi uma experiência nova. Apesar de tudo, como eu disse, houve momentos maus e difíceis, mas que eu levo como uma boa experiência. E eu procurei honrar esse meu compromisso.

Dizer também que nas coisas menos boas, quero aqui recordar que ao longo deste mandato, entre muitos outros que partiram, evidentemente, mas que me custou muito ver partir o Gentil Guedes – e falo dele porque ele foi Vereador desta casa. Eu percebi que não houve tanta vontade política como a minha para lhe fazer uma homenagem ao longo deste mandato, mas penso que, evidentemente, esta autarquia, este Município, seja ele dirigido por quem for, que a qualquer momento, e no momento certo, será feita essa devida e justa homenagem ao Gentil Guedes, que infelizmente partiu tão cedo e nos deixou.

Evidentemente que há assuntos que foram falados ao longo deste mandato, e que eu vou falar desta forma, porque não quero mais uma vez exemplificar, nem estar a voltar a falar nos assuntos, mas que ficarão para a justiça, e para os órgãos próprios, e que depois eu, com calma e serenamente, também irei instando o órgão, irei se calhar incomodar ali a Dra. Virgínia Moderno para, junto do Presidente da Câmara, depois me serem prestadas informações atualizadas sobre processos que nasceram ao longo deste mandato, e que, evidentemente, eu acho que devo acompanhar e me inteirar até que eles conheçam o seu fim, seja qual for esse fim. Mas, são assuntos que, para mim, são do interesse público para esta casa, para este Município, para os Pombalenses, e são eles que eu reputei como sendo do interesse público de todos. Já outros não – por isso é que eu, há pouco, falava, cada um terá as suas motivações. Eu sei que, recentemente, por exemplo, vieram a público notícias, mais uma vez, sobre situações pessoais, ou questões pessoais da vida do Presidente da Câmara, que para mim, isso não me diz respeito, isso fica à consideração de cada um, e ao julgamento de cada um. Para mim, não é por o senhor ser licenciado que desempenha melhor ou pior as suas funções, e portanto, eu não tenho nada a ver com essas coisas, não é isso que me move, não é isso que me traz para aqui, e isso não é a minha forma de estar na política, e acho que o deixei expresso a todos vós durante este



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

mandato. Se há coisa que não me move são picardias pessoais, vinganças, não é isso que me traz para aqui.

Queria também, evidentemente, dirigir-me a todos os funcionários da Câmara, que ao longo deste mandato houve algumas pessoas a quem eu, evidentemente, pedi muito mais do que a outras – a Virgínia Moderno, e permitam-me que fale assim, foi uma delas, evidentemente, mas, sem exceção, a todos os funcionários com quem eu fui lidando – evidentemente, sempre precedido de autorização do Presidente da Câmara, a quem fazia os meus pedidos para consultar processos, para visita a locais, para prestação de informações, etc. – reconhecer o elevado profissionalismo, a dedicação de todos os funcionários do Município – evidentemente, alguns mais do que outros, naturalmente, mas não tenho nada a dizer de mal, bem pelo contrário. E agradecer a todos eles, esperando que eles assim continuem, no desempenho das suas funções públicas, defendendo sempre aquilo que são as políticas, e aquilo que vai sendo feito aqui na Câmara Municipal.

Por último, cumpre-me agradecer a todos vós também, e desejar a todos – só posso fazer isto – desejar a todos o melhor que a vida vos possa dar, tanto em termos profissionais, como em termos pessoais. Eu costumo dizer, nós vivemos numa terra muito pequena, somos uma comunidade pequena, onde todos nos conhecemos, onde todos convivemos uns com os outros. Eu disse que ia terminar da forma como, há pouco, fiz aquela pincelada, digamos assim, ou apontamento, o mais importante são as gentes, são as pessoas, elas é que fazem o território, elas é que fazem avançar o mundo, elas é que fazem aquilo que nós somos, e tal como nos conhecemos – por isso é que eu digo sempre que os territórios é que fazem essas pessoas. As pessoas vivem onde se sentem felizes, aquelas que podem – infelizmente, nem sempre é assim.

E portanto, desejar o melhor a todos vós, os maiores sucessos. E dizer também, porque o disse, sem exceção, a todos, candidatos ou não, por exemplo, nestas últimas eleições autárquicas, e também o quero dizer aqui a todos vós, que estarei sempre disponível, dentro daquilo que são as minhas possibilidades pessoais e profissionais, para o bem comum, para ajudar sempre que eu puder, e sempre que o entendam necessário, para ajudar para o bem comum, e para fazer o bem, estou sempre disponível para fazê-lo. E portanto, podem contar comigo. Eu sempre andei por aqui, andei aqui vinte anos consecutivos em desempenho de funções políticas, entendi que era chegado o momento de eu fazer uma pausa e de me afastar, pelo menos durante um mandato – para já, é essa a minha decisão, vou dedicar-me a 100% à minha vida profissional.

E portanto, eram estas palavras que eu vos queria aqui deixar. Que sejam todos muito felizes, e um bem-haja a todos.

Obrigado.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Senhor Vereador. Senhor Vice-presidente, faça favor.”

Pedro Murinho (Vereador):

“Obrigado, Senhor Presidente.

Permitam-me, antes de me dirigir a vós para, no fundo, fazer também o balanço deste mandato e desta minha caminhada autárquica, abrir apenas aqui um parêntesis, não querendo aqui responder ao Eng.º Narciso Mota, mas também, olhos nos olhos, lhe vou dizer, porque não quero ser desagradável, principalmente nesta última reunião, à



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

semelhança daquilo que foi o Eng.º Narciso Mota, para mim em particular, e para este Executivo, mas desculpe dizer-lhe as coisas nestes termos, já não estou para perder tempo consigo. E portanto, também lhe deixo um recado, que é: não acredite em tudo o que lhe dizem. E por aqui me fico.

Passando às palavras que realmente me trazem aqui, eu quero dirigir-me aqui a todos vós hoje. Está a fechar-se um ciclo na minha vida, foram dezasseis anos de vida autárquica – oito anos como membro da Assembleia Municipal, e foram oito anos como Vereador, nos últimos dois mandatos. Foi uma parte muito significativa da minha vida, mas foi, acima de tudo, uma honra ter desempenhado estas funções. E saio de consciência tranquila e com o dever cumprido. Procurei desempenhar este desafio como Vereador – neste caso concreto, como Vereador – da melhor forma possível, da melhor forma que soube fazer. Foi com muito prejuízo pessoal e familiar, mas muito orgulhoso pelo trabalho desenvolvido. Encarei este desafio, desde a primeira hora, em claro espírito de serviço, servindo o meu concelho e os Pombalenses com o máximo rigor e profissionalismo. Foi um enorme prazer ter desempenhado estas funções. Dei o melhor de mim.

O interesse individual nunca esteve em cima da minha mesa de trabalho, nunca; sempre esteve o interesse municipal e o interesse dos Pombalenses, porque essa foi, realmente, a razão de ser de ter aceiteado esta missão.

Aprendi muito e com muita gente, tive oportunidade de conhecer também muita gente, e gente boa. Ajudei muita gente, muitas empresas, muitas associações – afinal de contas, era esta a minha e a nossa missão, era a essência do nosso trabalho. Nunca virei costas a ninguém. É certo que não agradei, ou não agradámos a todos, mas procurei, e procurámos não deixar ninguém sem uma resposta, sem uma justificação. Era esse o nosso dever. Não fui pessoa de muitos sorrisos – como alguém costuma dizer – mas fui uma pessoa de muito trabalho – aliás, é exatamente isso que me é reconhecido na rua e dentro desta casa.

Fiz parte de Executivos que sempre procuraram servir as populações, cumprindo com aquilo que nos levou a sufrágio, os nossos programas eleitorais, porque é assim que damos credibilidade à política. O trabalho feito fala por si, não é possível enumerá-lo aqui, no tempo que tenho, estaria aqui uma grande parte do dia. Pensámos, planeámos e executámos.

Não posso deixar de destacar três ou quatro matérias que, para mim, são fundamentais, e que marcam este nosso trabalho, neste caso, de oito anos. Nas matérias ambientais, com investimentos na ordem dos 20.000.000,00 € nos últimos oito anos em redes de saneamento básico. Nas matérias educativas, fazendo um esforço para uma educação tendencialmente gratuita, tal como refere a nossa Constituição Portuguesa, mesmo que o Estado Português não a aplique; gratuidade dos transportes escolares, foi este Executivo, gratuidade das refeições escolares, foi este Executivo, enorme investimento no programa de combate ao insucesso escolar, em parceria com a EPIS, mais de 14.000.000,00 € de investimento na construção de novos centros escolares, cumprindo a nossa Carta Educativa.

E em matéria de impostos, reduzimos impostos às pessoas, às empresas, etc.

Mais de quinhentas empreitadas lançadas em oito anos, com o claro objetivo de melhorar



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

a qualidade de vida dos Pombalenses, uma média de sessenta e cinco por ano. Fiz parte de um Executivo que contribuiu para que Pombal seja hoje um concelho melhor, e pelo segundo ano consecutivo, o concelho do país mais sustentável. Fiz parte de dois Executivos dos mais transparentes do país, o que muito me orgulha, com destaque para notas máximas ao nível da transparência nas contas municipais, ordenamento do território e licenciamentos, procedimentos de contratação, e obras públicas e resposta ao cidadão – vou repetir, obras públicas e resposta ao cidadão – não tivessem sido estes os meus pelouros. Muito orgulho e consciência muito tranquila, dei um claro contributo. Mas, não ficámos parados só porque o nosso tempo estaria a terminar, ou que um ciclo se irá fechar. Preparámos o futuro e vamos deixar para o novo Executivo muito trabalho feito, e vários projetos e ações estruturantes para o nosso concelho, e prontos a serem desenvolvidos, e alguns já desenvolvidos.

Quero aqui destacar alguns desses exemplos de projetos que temos, desenvolvidos, ou que estão em fase final de desenvolvimento, e que estão prontos para que possam ser executados. Ainda na última reunião de Câmara aqui aprovámos o regulamento de salvaguarda das aldeias serranas, um documento importantíssimo para preservação e defesa do nosso património do nosso concelho, estará em consulta pública e estará pronto para o próximo Executivo o aprovar.

O eBUPi, o cadastro simplificado, Pombal foi pioneiro no trabalho que está a desenvolver; procedimento concursal em curso para conseguirmos chegar a todas as freguesias e cumprir com os objetivos que foram traçados.

Ao nível da regeneração urbana e no urbanismo, deixámos projeto desenvolvido para requalificar a parte mais histórica da nossa cidade, nomeadamente a Rua dos Loureiros, Travessa dos Loureiros, Rua de Santo António, Travessa das Olarias, praticamente projeto concluído; requalificação da zona do Seixo – Emporão, nomeadamente a Rua Maria Fogaça e a Rua Gilberto Ascensão, projeto em desenvolvimento e a terminar muito em breve; requalificação e ampliação das Piscinas Municipais, dotando a infraestrutura com uma piscina de ar livre, projeto praticamente concluído, a entregar ainda este mês, já com parecer favorável do IPDJ, aguarda apenas parecer da Autoridade Nacional de Proteção Civil e Emergência; requalificação do corredor ribeirinho junto à margem esquerda do Rio Arunca, nas antigas oficinas, projeto praticamente concluído, faltam apenas algumas especialidades, e apenas não conseguimos dar seguimento a este projeto por força do imbróglie jurídico e judicial que ainda temos a decorrer nos tribunais portugueses; o Parque Verde do Casarelo, projeto praticamente concluído; o Parque Verde da Mata da Rola, em execução e a terminar até ao final deste ano; a requalificação urbanística na Estrada Nacional 109, no Carriço, projeto concluído, pronto a lançar a concurso, com parecer favorável final da Estradas de Portugal; requalificação do Largo da Igreja de Almagreira, protocolo já deliberado nesta Câmara, projeto concluído, pronto a lançar a concurso público, e aprovado pela comissão e pela diocese; Parque Verde do Louriçal, projeto concluído, pronto a lançar a concurso; requalificação da Praça Luís Meneses, no Louriçal, projeto em curso e concluído até ao final do ano; requalificação e ampliação do Parque Vale da Sobreira, projeto, estudo prévio aprovado, projeto de execução em curso, a concluir também nas próximas semanas; requalificação do espaço público envolvente aos bairros sociais, neste caso, Margens do Arunca, estudo prévio



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

terminado, projeto de execução em curso, para dar um ar novo àquele bairro social; rede de ciclovias na cidade, projeto concluído, pronto a ser lançado a concurso público; requalificação do interface rodoferroviário de Pombal – como sabem, procedimento deserto, projeto feito, pronto a lançar a concurso público, a primeira fase, e a segunda fase, se assim o próximo Executivo o entender; construção da variante sul da Guia, projeto concluído – agora sim, concluído – projeto de execução concluído, e aguarda apenas reconhecimento de interesse público, reconhecido pelo Secretário de Estado, com estudo de impacto ambiental a decorrer; requalificação do IC2, Meirinhas – Pombal, há muitos anos requerida, há muitos anos pedida pelos Pombalenses – se o Município, este Executivo, não tivesse tido a atitude que teve para com a Estradas de Portugal, se calhar ainda hoje tínhamos projeto por executar – projeto concluído, últimos trabalhos a serem desenvolvidos, e a ser entregue ao Município e à Estradas de Portugal até ao final do mês em curso, e negociado com todas as freguesias; passagem inferior do IC2, na Rua do Seixo, em Pombal, estudo prévio concluído, a aguardar parecer final da Infraestruturas de Portugal.

Ao nível da economia e do empreendedorismo, requalificação da zona industrial da Formiga, projeto concluído, está apenas em revisão na DOM pelo Eng.º Abel, porque ele gosta sempre de deixar aquilo à vontade dele; construção do novo acesso do IC2 à zona industrial da Formiga, projeto concluído, aguardando apenas parecer final da Infraestruturas de Portugal; construção do novo acesso à Charneca, projeto em curso, a terminar nas próximas semanas; ampliação da zona industrial da Guia, projeto concluído e pronto a lançar a concurso público, aguarda apenas declaração de impacto ambiental e aprovação da candidatura comunitária – porque o investimento é de 3.000.000,00 €, e precisamos, obviamente, de financiamento comunitário, julgo que o próximo Executivo assim o precise – faltam apenas quatro escrituras para aquisição de toda a área necessária para esta ampliação, mas já contam com contratos-promessa de compra e venda feitos.

Ao nível da educação, requalificação da Escola Conde de Castelo Melhor, estudo prévio aprovado, projeto de execução em curso, feito dentro da nossa casa, do Gabinete de Projetos da Divisão de Urbanismo, projeto a concluir nas próximas semanas; requalificação da Escola Gualdim Pais e requalificação da Escola Marquês de Pombal, propriedade do Ministério da Educação, estudo prévio aprovado, projeto de execução em curso, em entidades externas, acompanhadas pela DOM, que até ao final do ano estarão prontos para o novo Executivo assim decidir, e acompanhados pelos dois Agrupamentos de Escolas; ampliação da Escola Tecnológica e Artística de Pombal, projeto elaborado pela ETAP, acompanhado pelo Município, projeto concluído e pronto a lançar a concurso público, porque são propriedade do Município aquelas instalações, caso o novo Executivo assim o entenda; ampliação do Teatro Cine de Pombal, projeto concluído e pronto a lançar a concurso – e por aqui me fico; construção do Centro Cultural do Louriçal, projeto concluído, revisto, pronto a lançar a concurso público, assim queira o novo Executivo.

Na área do ambiente, promover a construção da bacia de retenção de Pombal e requalificação das linhas de água que atravessam a cidade, projetos – os dois –



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

concluídos pela Agência Portuguesa do Ambiente, agora deve o novo Executivo arregaçar as mangas e negociar isto com o Estado Português; dar continuidade à rede de saneamento básico do concelho, imensos projetos desenvolvidos, como há pouco disse, executados, mas outros há já concluídos no Departamento Municipal de Águas e Saneamento, projeto para o Vale da Cabra e Casal do Queijo, projeto já concluído e entregue no Município, pronto a lançar, Estevães, Casal da Clara, e muitos outros que estão prontos a lançar a concurso, e a construção do emissário da Redinha e redes de saneamento, que é um projeto que já está a concurso público, para adjudicação, pronto para ser adjudicado pelo novo Executivo.

E outra matéria importante, que é ao nível da eficiência energética, temos projetos concluídos e prontos a lançar para melhorar; em termos de eficiência energética, este edifício onde estamos, o edifício dos Paços do Concelho, assim como a Piscina Municipal coberta e os serviços técnicos do Município, projetos concluídos, aguardamos apenas aprovação das respetivas candidaturas comunitárias, que estão para aprovação desde 2018 – estamos em 2021.

E para terminar nesta matéria, dar nota de que temos uma série de candidaturas comunitárias a aguardar aprovação no âmbito do Portugal 2020 – Centro de Saúde do Louriçal, Centro Escolar da Guia, Centro Escolar de Vila Cã, Centro Escolar da Pelariga, interface rodoferroviário de Pombal, implementação do bike sharing e criação de bolsas de estacionamento periféricas; no âmbito da eficiência energética, a requalificação do edifício dos Paços do Concelho, Piscinas Municipais, serviços técnicos; e no saneamento básico, a candidatura à rede de saneamento básico de Assanha da Paz, Barros da Paz e lugares limítrofes, candidatura esta submetida no dia 30 de setembro, e a candidatura também à aquisição de um autocarro elétrico e respetivo carregador, candidatura também submetida no dia 30 de setembro, e a ampliação – mais uma – do canil municipal de Pombal, cuja candidatura será submetida até ao próximo dia 15 de outubro.

Isto tudo poderá dotar o próximo Orçamento Municipal com um encaixe superior a 8.500.000,00 €.

Senhores Vereadores, uma palavra final para o Presidente Diogo Mateus. Quero agradecer-lhe a oportunidade que me deu, foram oito anos difíceis, mas foram oito anos de imensa alegria pelo trabalho que desenvolvemos, de serviço ao nosso concelho. Obrigado por tudo aquilo que aprendi consigo, e quero que fique registado que cumpri esta minha missão sempre com lealdade e respeito, não fosse esse o ensinamento que recebi dos meus pais. Pombal deve-lhe muito.

Uma palavra também aos meus colegas Vereadores, independentemente das ideologias que cada um defende, mas a todos os Vereadores, do Executivo e não do Executivo, que juntos construímos seguramente um concelho melhor, construímos um concelho mais justo. Quero também dar um agradecimento a todos os Presidentes de Junta com quem privei, porque sem eles, o nosso trabalho não teria sido possível, com o objetivo de criarmos um concelho melhor e freguesias melhores. Obrigado a todos eles, do mandato anterior, e deste mandato, e uma palavra aqui especial e em particular para o Carlos.

E finalmente, uma palavra de agradecimento a todos os colaboradores desta casa, a todos os funcionários do Município de Pombal. Sem o seu trabalho, empenho e dedicação, nada do que fizemos teria sido possível. Um agradecimento sincero e profundo a todos eles.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

Aprendi também com todos eles.

Não escondo que já sinto alguma nostalgia. Como alguém dizia, andarei por aí, e sempre disponível para ajudar o meu concelho, e será certamente um “até já”.

Obrigado a todos, e desejo, de forma sincera, o maior sucesso para aqueles que nos vão suceder, porque o sucesso deles será seguramente o sucesso de Pombal.

Obrigado a todos.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem, Senhores Vereadores, muito obrigado pelas palavras todas que aqui foram ditas, as reflexões, e agradeço pessoalmente aquelas que me foram diretamente dirigidas, as mais ou menos simpáticas.

Pode ser difícil para muitos de vós, eu sou aquele que primeiro estive neste órgão, em 1991, como Vereador da Oposição, ainda antes do Eng.º Narciso Mota, e portanto, se uns de nós fazem quatro anos de mandato de avaliação, como a Ana, ou os anos do Vereador Pedro Martins, ou do Pedro Murtinho, enquanto membro da Assembleia e da Câmara Municipal, eu aqui faço um balanço de uma parte importantíssima da minha vida, porque a este concelho dediquei vinte e oito anos dos cinquenta e dois anos que tenho. E não é fácil o momento, mas quero dizer-vos que em nenhuma circunstância tive dúvidas do que constituía o superior interesse deste concelho – nunca tive dúvidas, mesmo que isso me pudesse custar pessoalmente, em algumas circunstâncias, como aquelas que vocês conhecem, mas que em nenhuma circunstância se teve dúvidas sobre qual era o critério do Presidente da Câmara. E por isso, nunca ouvimos um Presidente de Junta questionar a equidade na distribuição de recursos, nunca vimos as empresas discutirem arbitrariedades. E portanto, nesse aspeto, vivo com muita satisfação a forma com que nunca me equivoquei.

Por outro lado, olhar para este percurso de vida, e na forma com que eu também o vivi, enquanto membro da Câmara e enquanto membro de um Partido Político, não fica completo quando, na saída, as coisas correm mal; fica completo quando, na saída, as coisas correm bem. E isso manifestamente foi um fator que me deixou contente, todos os Presidentes de Junta que eu achava que deviam ganhar, ganharam, a esquerda mais radical que tínhamos no concelho deixou de estar na Assembleia Municipal.

Mas, também vale a pena perceber como é que o fenómeno que tivemos há quatro anos acabou por influenciar o mandato, mas também como é que alguns no meu Partido pensavam que poderia ajudar eleitoralmente – e vale a pena olhar para a fatualidade dos números e tirarmos as conclusões: dos oito mil e oitenta e oito votos que o Movimento Narciso Mota e o CDS tiveram nas eleições à Câmara, há quatro anos atrás, e se destes oito mil e oitenta e oito excluirmos os cerca de mil e quinhentos que teve a Iniciativa Liberal e o Chega, no pressuposto de que são cidadãos que terão votado ideologicamente por esta área – admito que não – dos seis mil e quinhentos votos que podem ter sobrado, o PSD aumentou, para a Câmara, mil e oitocentos – para a Câmara. Mas, se olharmos para a figura nacional de Paulo Mota Pinto, conseguiu ter um resultado apenas duzentos e cinquenta e oito votos superior à nossa Fernanda Guardado, o que, de facto, mostra uma proximidade e um conhecimento do nosso povo àquilo que é, de facto, esta ligação das pessoas à nossa terra. Mas, se olharmos para o número de votos que recebi enquanto



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

Presidente de Câmara, em 2013, e comparar com o número de votos do Presidente de Câmara eleito, apenas são cerca de quinhentos votos a mais do que aqueles que eu tive em 2013. Mas, preocupantes, se calhar, são os 57% de aumento que a Dra. Odete teve na votação do Partido Socialista.

E estes são dados objetivos, e que, no fundo, me dizem o trabalho que o PSD fez, o trabalho que eu fiz enquanto Presidente de Câmara, que nós fizemos enquanto Câmara – que resistiu a isso, porque mesmo que não queiramos atribuir grande expressão, numa equipa e naquilo que os Partidos representam, como garantia para a manutenção do trabalho político que é feito nas autarquias, mandato a mandato, eu sempre direi que os compromissos que foram apresentados ao eleitorado, a forma com que foram cumpridos no mandato que termina, e as características do novo Presidente de Câmara e da sua equipa, serão, com certeza, os fatores mais decisivos para a escolha que as pessoas fazem quando votam nas eleições, o que significa que também este mandato foi avaliado na expressão eleitoral que tivemos.

E eu não fico desagradado com aquilo que vi. É evidente que há uma “nova ambição”, como aqui foi dito, e espero, de facto, que essa difícil tarefa que vai entre as boas ideias, a necessidade de sonharmos e a realidade de o construirmos cotidianamente, obriga a muito trabalho, a muita organização, a muito empenho. E todos nós esperamos que isso, de facto, corra da melhor forma possível. O tempo ensina-nos muito rapidamente a concluímos que, às vezes, a distância que vai entre a realidade e os sonhos não é tão facilmente atingida como nós gostaríamos. E normalmente é isso que cria decepção, primeiro em nós, e depois nos outros. E a política também se faz disto.

E essa circunstância, porque nunca o Concelho de Pombal viveu o momento que vive hoje, que é por opções deliberadas, friamente, entender que o património – onde eu não me incluo, incluo a cada um de vós – o património de conhecimento, de experiência, que existe de anos de trabalho, de estudo de dossiers, seja na ação governativa na Oposição, seja enquanto Executivo, e sem prejuízo da disponibilidade de todos, fica perdido – tirando a participação que a Dra. Odete manterá neste órgão. Isso nunca aconteceu, isso nunca aconteceu na nossa história – quando sai o Dr. Luís Torres, manteve-se o resto da Câmara, quando se perde as eleições para o Eng.º Guilherme Santos, a Câmara antiga ficou toda, quando Narciso Mota ganha a Armindo Carolino, a Câmara da Oposição ficou quase toda, exceto o Dr. Carolino, que na altura saiu, e a seguir, Narciso Mota vai mantendo genericamente a composição das suas equipas – eu fazia parte delas, e trabalhei sempre muito próximo dele – onde esse conhecimento, essa segurança para quem gere, mas também segurança para os serviços, me pareceu sempre – até porque muitos dos principais dirigentes desta casa foram contratados e iniciaram as suas carreiras nos mandatos iniciados com o Eng.º Narciso Mota, e eu já cá estava – que foram sempre fatores de muita segurança, de muita confiança para trabalharmos como trabalhámos. E quando levantamos a nossa cabeça deste extensíssimo território e corajosamente, como o fazemos há décadas, nos queremos comparar, e se nos submetemos a avaliações com outros, nas mais diversas matérias, e percebemos a posição que tomamos, sentimos que, em Pombal, se tem feito um bom trabalho. Não interessa se o Presidente se chama Narciso, se se chama Diogo, se se chama Odete, se se chama Pedro, se se chama Maria, tem-se feito um bom trabalho.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

E aqui, há um legado que, para mim, resistirá à parte política, e é aquele que porventura me deixa mais orgulhoso: é a capacitação organizacional, funcional, técnica, administrativa e financeira que esta Câmara ganhou nas últimas décadas; esta máquina que pensa, que estuda, que conhece, que projeta, que organiza, que faz, que paga, que põe a funcionar; é boa. É boa. Há sempre coisas que não correm bem, mas que é que estava à espera de ser Presidente de Câmara, ou de ser Vereador, e não ter coisas que não corressem bem? Quem esperar uma coisa dessas, é bom que não saia de casa, e mesmo em casa, ande com cuidado, porque sempre pode dar uma topada com um dedo do pé numa esquina. É evidente que se sabia que isso ia acontecer. Mas, hoje, em muitas matérias – e já aqui ouvimos, eu não quero ser repetitivo, nem vos quero maçar – sentimos que essa capacitação foi importante.

Mas, deixem-me dizer-vos que, há pouco, na intervenção do Dr. Michael, quando fazia as contas dos dezanove meses de pandemia, olhando para os mandatos, enquanto fui Presidente, quero recordar-vos que a nossa estrutura orgânica e funcional só foi reposta há dois anos atrás, ou três anos, quando os efeitos da troika se deixaram de sentir; porque nós também vivemos com a troika. E das primeiras coisas, como bem sabem, que tivemos que fazer foi reduzir os Diretores de Departamento para Chefes de Divisão e os Chefes de Divisão para Chefes de Unidade e deixámos de ter Chefes de Unidade, e assim trabalhámos dois anos e meio destes oito anos. E se juntarmos os dezanove meses que temos de pandemia, percebemos que tudo isso foi importante.

E uma das coisas que me deixou satisfeito nesta campanha – aliás, a primeira a que eu assisto enquanto cidadão, perfeitamente afastado da condição de candidato, nunca me tinha acontecido desde os dezoito anos – e não desgostei, confesso, não desgostei, sempre fico com um tempo um bocadinho mais livre para fazer coisas de que gosto – senti que, de facto, a circunstância de não ser particularmente incisivo, por força da Oposição, e das discussões que evidentemente se tinham de fazer sobre a incapacidade de fazer, de cumprir ou não cumprir programa eleitoral, acabou por não ser propriamente uma das matérias mais determinantes nesta campanha. E isso significa que, de facto, não era motivo de preocupação. E eu, perante essa circunstância, não posso deixar de ficar tranquilo.

E portanto, essa é uma missão que eu aqui quero agradecer a todos, até porque, em rigor, quando olho para trás, a única deliberação, tendo aqui vindo, que não correu como eu gostava que tivesse corrido foi a tiragem da farmácia do centro histórico para outro sítio. Foi a única, em milhares de decisões que nós tomámos, foi a única.

Mas, deixem-me dizer-vos, nós hoje olhamos para a frente, queremos, e bem, pensar como tudo isto deverá ser no futuro, estas discrepâncias enormes – e eu aqui diria de difícil reposição – entre as maiores cidades portuguesas e os territórios como Pombal, (...) seguramente naqueles territórios mais deprimidos, mais maltratados, mais afastados, com menos autoridade, com menos vozes, felizmente, mas o nosso problema sempre foi um problema educativo. Eu nunca vos falei disso, até porque não acho que seja matéria política, mas neste balanço, alguns de vós conhecem esta história, quando há dois anos, ou três anos atrás, falava com a minha mãe sobre a cerimónia dos vinte anos da Biblioteca Municipal de Pombal, que na altura estávamos a celebrar, e que a minha mãe



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

me dizia: “Vinte anos? Diogo, não pode ser vinte anos. Como é que passaram vinte anos?” E eu disse: “Mãe, havia a biblioteca itinerante, mas, de facto, eu já era Vereador quando se fez a biblioteca”, assim e assado. E nós olhamos para os territórios que, como nós, tiveram uma biblioteca itinerante a partir dos meados dos anos cinquenta, sessenta talvez, e a minha mãe lembrava-me a oferta que o meu tetravô fez ao Concelho de Castelo Branco, quando ofereceu a biblioteca pessoal, sete ou oito mil livros, para ser a primeira biblioteca popular na capital de distrito, em mil oitocentos e trinta e tal.

E os cento e setenta anos de diferença que existem entre estes dois momentos, esta é a nossa pobreza. E a circunstância de termos – todos nós sabemos isto – miúdos pequenos, os pais deles, que andaram connosco na escola, e os avós, e os bisavós, que teimavam em persistir em processos de degradação humana, social, cultural, de rendimento, e que nós não conseguíamos inverter, não identificávamos, olhávamos para isto como sendo quase uma fatalidade, e que sentimos que era preciso começar a trabalhar mais cedo. Quando no início desta semana ouvia o Governo apresentar, no dia 4 (se a memória não me falha), as propostas de passarmos a ter a escolaridade obrigatória a partir dos três anos, eu dizia: de facto, esta foi a nossa leitura. Todo o trabalho de qualificação dos espaços escolares, era importantíssimo ser realizado, e a sua concentração, mas o mais importante era, de facto, tratarmos das pessoas. Esse era o trabalho importantíssimo que nós tínhamos que fazer. E anteontem recordava, com o antigo Chefe da Casa Civil do Presidente da República, com o Dr. Luís Liberato, num encontro que tivemos, aquela opção política que o atual Secretário Geral da ONU, Eng.º Guterres, na altura Primeiro Ministro, em 1995, na sequência da saída do Professor Cavaco Silva, sobre a obrigação que o Estado tinha que tratar – aliás, olhe, várias vezes conversado pessoalmente com o Professor Doutor Marçal Grilo, quando cá veio por questões da EPIS, nós temos que garantir, em 1995, que pelo menos durante um ano, 80% dos nossos jovens alunos que entravam para a primeira classe tivessem tido pré-escola – em 1995. E nós percebemos o que isto atrasava, pela analfabetização que tínhamos, pelas circunstâncias duras que castigaram a vida de milhares de Pombalenses que tiveram que daqui sair nos anos cinquenta, sessenta, setenta, oitenta, noventa, neste século, e essa era a revolução que nós precisávamos de fazer, nas escolas, com as crianças, ajudando o Ministério, enchendo com recursos, pensando, auxiliando a interromper esses fatores de pobreza verdadeira, porque essa era a nossa pobreza verdadeira. E quando olhamos para trás, e percebemos, neste último mandato, que o conjunto de jovens identificados, rastreados, autorizados pelos pais, que eram cento e dezanove na primeira leva, e que apenas dezanove mantinham a situação de risco com que tinham sido diagnosticados, depois de também fazermos este trabalho, dá-nos a dimensão da importância da nossa ação, que não se vê, que não se mede, que se calhar está para a vida pública como está o saneamento, ninguém o quer fazer porque ninguém vê, rende pouco, serve para pouco, mas depois queremos que o ambiente esteja em condições, e as linhas de água, e por aí fora. Mas, o que sentimos verdadeiramente é que esse é o nosso trabalho, e esse trabalho foi iniciado, e foi ganho, e hoje é pedido pela comunidade educativa, pelos pais, e esse facto vai pôr, se calhar, um conjunto de cidadãos que, quem sabe, estariam absolutamente afastados de poderem ser cidadãos com uma dimensão humana, social, económica, de cidadania, enorme, com possibilidades que antes não tinham. Igualdade, uma coisa simples,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

igualdade. E isto demora tempo; isto demora tempo, e tem que ser pensado, e tem que ser feito. Este é um trabalho que a mim me deixa orgulhosíssimo.

Depois, temos áreas onde não tínhamos sequer pensamento; tínhamos as ideias, sentíamos que tínhamos potencial, mas não tínhamos pensamento, não tínhamos um plano estratégico para o turismo, por exemplo, tínhamos que o fazer, e agora temos que o concretizar. E olhar para trás, e perceber que a Câmara, os focus groups que ouvimos, e a Assembleia Municipal aprova esses documentos, e eles vão para discussão pública, e vão vigorar, e devem ser cumpridos, são passos que sob o ponto de vista estratégico nos devem encaminhar para o futuro. E isso é bom, quando percebemos o trabalho desenvolvido há vinte e muitos anos. Quando o Eng.º Narciso Mota me entregou o pelouro do ambiente, em 1994, não havia um técnico superior. O Carlos Silva, que está reformado, um dia acompanha-me a reuniões de avaliação sobre a empresa municipal que devia ser constituída, que depois foi a Valorlis, a primeira era a ERSUC, em Coimbra – que o Eng.º Narciso Mota se lembra – e diz-me assim – e reparem, nós tínhamos combatido um contra o outro, salvo seja, na campanha eleitoral, e portanto, esse assunto ficou resolvido numa reunião muito simpática que tivemos, em que eu disse: “Carlos, as nossas bandeiras ficaram lá em baixo; agora, a partir daqui, tratamos assim”, e sempre assim foi durante os anos todos seguintes, e ele dizia-me: “Olhe, sabe, nunca me tinham convidado para ir representar a Câmara a um lado qualquer.” E lá fomos, e fizemos a nossa avaliação, e depois temos esses trabalhos ótimos que se fizeram, e por aí fora. Não tínhamos. E portanto, construiu-se muito trabalho, e haverá sempre imensas coisas para fazer, e às vezes esta dificuldade de como é que se chegou até aqui não é menos importante para se perceber aquilo que pode vir a ser o nosso futuro, e outras ideias que aqui temos.

Na floresta e na Proteção Civil, hoje sentimos todos uma tranquilidade maior do que há uns anos atrás, quando entram os períodos críticos, porque sentimos que sensibilizamos, que há mais gente que limpa – o último ano, com a pandemia, foi mais crítico – há mais sensibilidade das pessoas, falámos aqui dezenas de vezes, o Dr. Michael falou isso imensas vezes nas reuniões, com essa preocupação, precisamente para se ter essa cultura. E o que é que nós percebemos? Percebemos que as nossas áreas ardidadas têm vindo a diminuir muito, que os pedidos de plantação que são feitos crescem muito, são os que pedem mais, que aqueles que querem fazer mais licenciamento das propriedades, para as organizarem, também crescem. Portanto, tudo isto começa a fazer aqui sentido numa série de matérias, e muitas outras aqui teremos.

A ligação com as empresas, que muitas vezes os senhores disseram que devíamos fazer melhor, assim e assado, é verdade, e teremos sempre condições para melhorar, mas o orgulho que eu tenho de olhar para o projeto que hoje temos na ETAP, para aquilo que se conseguiu fazer com o ensino superior, com o Politécnico, com os cursos novos, com o trabalho que estava em curso, muito perto de ser terminado, em fevereiro de 2019, quando a Vereadora Ana Cabral vem da Finlândia com a equipa do IPL, quinze dias antes de entrarmos no confinamento, a 16 de março de 2019, para desenvolvermos os estudos do ensino superior, no curso que tinha há vinte anos sido proposto pelo Eng.º Narciso Mota, e que não tínhamos conseguido, e que ainda hoje percebemos que na Universidade



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

de Trás-os-Montes, na Escola Agrária de Coimbra, na Escola Agrícola de Santarém, no Instituto Superior de Agronomia em Lisboa, e em Évora, o ano passado, todos juntos, estes alunos não faziam duas turmas completas. E nós olhamos para os fogos de 2017 e dizemos que o país precisa de acordar para isto. E falamos das eficiências, das necessidades carbónicas, e das necessidades de diminuição de CO2, e por aí fora, e ninguém se interessa por isto. Nós temos que fazer uma coisa diferente, uma coisa para o mundo. É para o mundo mediterrânico? Que seja, que seja para o mundo mediterrânico, para termos essa leitura. Portanto, lançámos todas essas bases que se desenvolveram.

A primeira vez que pomos gente de operações a olhar para a nossa rede de transportes públicos, a transformar aquilo que parecia estar esgotado em oportunidades de irmos mais longe, com os mesmos meios, fazendo mais quilómetros, servindo mais pessoas, e tornando o processo mais sustentável, uma coisa boa, que resultou desse pensamento, dessas nossas discussões, e que hoje, não tenho dívida nenhuma de que a mesma rede que está instalada, se for sujeita a essa mesma revisão, se calhar nós até já conseguimos chegar a Almagreira, ou já conseguimos ir a Vila Cã, ou já conseguimos, da Ranha, dar ali um saltinho a Vermoil, e vamos alargar a sítios onde, se calhar, não íamos, e que agora conseguimos. Porquê? Porque já não precisamos de passar dez vezes por dia naquele sítio, oito é suficiente, e ganhamos mais duas horas, e vamos fazendo isto, e não custa mais dinheiro.

Impostos no mínimo, níveis de execução dos nossos Planos, Orçamentos e PPI elevados, capacidade de apresentação de candidaturas, com imensa disponibilidade, por planeamento, por preparação, todos nós fizemos essa discussão. Nós vamos receber as competências da educação, e há um ano estávamos a dizer assim: vamos é fazer os projetos para a Marquês de Pombal, para a Conde e para a Gualdim Pais, ainda não se falava da bazuca. Quem é que vai ter dinheiro se não tiver projetos? E nessa altura, o que é que nós vamos ter? Olhe, estão aqui os projetos, e vamos avançar, numa altura em que já temos praticamente a rede do 1.º ciclo resolvida, com os centros escolares, falta-nos o Barrocal, temos que fazer essa intervenção, que está prevista, para entrarmos nessa fase, 2.º e 3.º ciclo e secundário, que, entretanto, juntamos aos TESP, e juntamos ao profissional, e temos outras discussões para fazer.

Este, de facto, eu acho que é um caminho certo. Evidentemente, a política tem sempre esta coisa maravilhosa, que é fazermos estas discussões – e vocês sabem que eu gosto bastante de fazer estas discussões.

E portanto, queria, sem vos maçar muito, deixar primeiro que tudo um agradecimento, aos membros desta casa, aos colaboradores, porque, de facto, têm sido trabalhadores que são pagos de forma miserável, que fazem um trabalho de serviço público inexcelável, e que têm razões para se orgulhar de todo o trabalho que tem sido feito nos últimos anos, a forma correta com que, eu diria, na maior parte dos casos as coisas acontecem. Há coisas que não correm bem, com certeza, numa casa com seiscentas pessoas há sempre coisas que não correm bem, é normal que isso aconteça.

Aos Senhores Presidentes de Junta, essa capacitação tranquila que fomos fazendo, na senda do que já vinha de trás, mais competências, mais recursos humanos, mais meios financeiros, mais capacidade operacional, mais autonomia, mais Poder Local. Mantenho na minha secretária uma peça que me foi oferecida pelo Presidente da ANAFRE, quando



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

era Presidente da Junta de Pombal, na altura em que já se sabia que eu seria candidato à Câmara, que me disse: “Diogo, nunca se esqueça das freguesias.” E eu fico orgulhoso quando aqui à volta, quando Presidentes de Câmara chegavam – lembro-me, por exemplo, do Carlos, quando substituiu o Dr. João Ataíde, eleito pelo Partido Socialista, que perdeu agora as eleições, Carlos Monteiro, que me disse: “Diogo, tu és o que tem isto aqui mais desenvolvido, vem cá explicar-me como é que tu fazes isto.” E aqui almoçámos e conversámos, eu preparei-lhe um dossier e entreguei, porque acho que esse nosso modelo, que nós fomos melhorando e desenvolvendo, é muitíssimo ambicioso para os Presidentes de Junta, dá-lhes uma trabalhadeira gigantesca, é preciso homens e mulheres com uma garra extraordinária para fazer aquilo que nós já excedemos, comparado com aquilo que já se fez no passado, mas que, de facto, a população diz que este é um bom caminho, e para um território com esta dimensão, é mesmo bom caminho. Isso foi outra coisa boa que fica, que eu não tenho dúvida nenhuma de que não andarás para trás.

E por isso, olhando para estas linhas – e haverá muitas – há, de facto, aqui matérias que eu acho que são relevantíssimas, muito transversais, e que eu acho que terão consequências positivas no futuro. E aquelas que não estejam bem projetadas, farão aquilo que uma pessoa racional faz, corrige e diz: na altura, este pressuposto era uma coisa, agora não é, vamos para aqui, parece-me mais acertado assim ou assado, e isso não tem que se constituir como nenhum tipo de diminuição intelectual para quem quer que seja; corrigir uma trajetória, emendar, estudar, mudar a opinião, não tem que ser visto como se isto fosse dogmático, e está aqui a queimar os livros. Não deve ser visto dessa maneira, mas como uma observação racional e bem discutida.

E quero terminar também pedindo desculpa a todos. Porquê? Porque os calores da emoção, das discussões políticas, são potenciadores de excesso de linguagem, que por mais cuidadosos que possamos ser, palavras mal medidas, expressões mal compreendidas, ou com segundas intenções, podem magoar, podem perturbar, podem inquietar, é verdade. Julgo que não insinuei coisas como algumas que eu ouvi – julgo, mas também não é a altura certa para fazer aqui balanços, porque também é pouco relevante. Mas, em qualquer circunstância, a todos aqueles que tiveram – e os membros da Câmara todos têm – a consideração, a legitimidade da sua função, enquanto membros desta casa, eu quero pedir-vos perdão por aquilo que, em qualquer circunstância, possa ter constituído para qualquer um de vós matéria que era injusta, ou podia nem sequer ser verdadeira, e que pudesse ter sido considerada por qualquer um de vós um excesso de linguagem dispensável, e até ofensivo. E quero pedir-vos desculpa por isso, porque nunca precisei, em vinte e oito anos de vida pública, usar esse tipo de expediente, nem no meu Partido, nem fora dele, nunca usei. Portanto, se o fiz, peço-vos desculpa, não tinha essa intenção, nunca me aconteceu.

E quero, evidentemente, agradecer a todos os Vereadores, a todos os membros da Assembleia Municipal, aos Senhores Presidentes de Junta, colaboradores que comigo trabalharam, e sabem que eu estou longe de ser a pessoa mais fácil do mundo com quem trabalharam, porque acho que trabalhamos para servir a população mais importante do mundo, que quer as melhores soluções que existem, no tempo mais rápido, e feitas da melhor maneira possível. E isto não dá tranquilidade a um homem ou uma mulher que o



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

queira fazer. Porquê? Porque acha que está sempre atrasado, porque acha que as coisas devem ser feitas mais depressa, que não há razões que justifiquem que as coisas não andem com a velocidade que nós gostaríamos, porque perdemos a paciência, porque vivemos debaixo de tensão, porque queremos apresentar resultados, porque se apresentámos metas, queremos honrar os compromissos que estabelecemos – eu não conheço nenhum político de nenhum Partido que não tenha feito porque não o quis; se calhar pode atrasar-se a planear, assim e assado, admito, mas quando nós olhamos para a rapidez, para o que estava programado, e por aí fora, percebemos, de facto, que esse foi sempre um ritmo, eu diria, acelerado. E isso não se faz com um homem só, não se faz só com um Vereador, não se faz só com o Presidente da Câmara, não se faz só com a equipa, não se faz só com a própria Câmara, nem com a Assembleia Municipal; faz-se com todos – com todos os que estão, os que ajudam, os cidadãos que negociam connosco e que permitem que compremos terrenos, e que façamos as coisas, os empreiteiros, os trabalhadores, as dificuldades que eles têm, a banca, todas essas entidades que participam.

E eu acho que o concelho, de facto, se desenvolveu, acho que há aqui matérias em que o tempo mostrará, de uma forma muito expressiva, essas vantagens – se calhar, daqui a uns anos, quando percebermos que temos menos ação social, temos menos desestruturação nas famílias, menos problemas de violência, de idosos a viverem sozinhos, de tantos casos de AMPARHA, se calhar veremos isso, por força destas circunstâncias. É isso que nós queremos todos fazer para as nossas terras.

E por isso, quero agradecer muito toda a colaboração vossa, e pronto, foi uma honra gigantesca poder servir este Município durante todos estes anos, acompanhando de forma diferente, em função também da estrutura democrática que o país foi vivendo, ou não foi vivendo, aquilo que o meu avô já tinha sido nesta casa, como membro do Conselho Municipal, nos anos sessenta e nos anos setenta, e que o meu bisavô já tinha sido também, logo no início do século, como membro desta casa. E portanto, manter aqui uma tradição que também é acompanhada pela família Coucelo – porque o avô do Dr. João Coucelo também tinha sido membro da Câmara, na altura em que o meu bisavô foi, e passado oitenta anos, ambos entramos na Câmara no mesmo Executivo. E portanto, também aqui há assim um conjunto de curiosidades históricas.

E portanto, Senhores Vereadores, muito obrigado, e peço-vos desculpa por qualquer circunstância que vos possa ter afetado.

Faça favor.”

Narciso Mota (Vereador):

“Permita-me que eu lhe diga o seguinte: eu ouvi com muita atenção tudo aquilo que disse, ouvi o Senhor Vereador Pedro Murtinho também, com projetos que eu aprovo, de uma maneira geral, e devo dizer o seguinte: quem está no poder às vezes é que o perde a nível das autarquias locais; o poder das autarquias locais não tem o mesmo significado que tem a nível nacional. São as pessoas que contam, é a gestão de proximidade dos Senhores Presidentes de Junta, as Câmaras ganham-se com os Presidentes de Junta, e com o serviço público que é eficiente, e que é bem planeado, e com oportunidade vai-se fazendo aquilo que se deve fazer. Nós, em 1993, ganhámos as eleições – não fomos nós que ganhámos, foram os nossos antecessores que as perderam, tivemos 4-3, depois tivemos 5-



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

2, com 59% dos votos, depois, em 2001, quase 60%, em 2005, 63%, depois, em 2009, 65,69%, depois perdemos um bocadinho dos votos, em 2013 foi para 54,95%.

Nós temos que compreender que vêm aí tempos muito difíceis, e que há muita coisa para fazer, e que o povo é exigente. As pessoas que nós servimos conhecem muito bem aquilo que se faz bem, menos bem, e querem sempre mais e melhor, tem que haver sempre mais ambições.

Eu não tenho dúvidas de que quando se diz que tem que haver uma mudança, a nível nacional, se calhar, tem que haver uma mudança, porque nos últimos vinte anos, nós aumentámos a dívida pública para o dobro. Aqui não, são as pessoas que contam.

E portanto, eu vejo tempos muito difíceis, tivemos a troika, podemos vir a tê-la outra vez, vêm presentes envenenados da delegação de competências, que o Presidente da Câmara vai ter mais crítica, e vai estar mais escrutinado a nível de visão e a nível de futuro, e as coisas não são fáceis.

Portanto, espero que a bacia de retenção que se faça. Eu não concordei – e também me quero penitenciar, para terminar, e pedir desculpa, porque eu às vezes respondo acaloradamente, digo aquilo que penso e sinto, posso tornar-me injusto, mas não é com intenção de ferir qualquer suscetibilidade. Sou assim, não sou perfeito, temos defeitos também.

Portanto, obrigado, e que haja bom futuro, um futuro risonho para todos, e que as pessoas de Pombal saibam sempre distinguir o útil do supérfluo.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Bem, vamos lá, Senhores Vereadores. Na brincadeira, eu tenho dito sempre que a minha decisão de não me recandidatar deve ter sido uma decisão boa, porque as pessoas que gostam muito de mim ficaram muito contentes por eu não me recandidatar, e as pessoas que me detestam também ficaram muito contentes. Portanto, só uma decisão boa é que é assim tão alargada no gosto que possa significar.

Aos Vereadores com quem trabalhei, aprendi muito com cada um de vós, e a abnegação com que se entregaram a esta função é uma prova evidente, e é um bom exemplo, e espero que se possa repetir no futuro, pelo empenho, pelo sacrifício, pela capacidade, pela crítica, pela generosidade com que o fizeram. E portanto, agradeço-vos a todos, todas essas atenções.”

2. Período da ordem do dia

2.1. Resumo diário da tesouraria

A Câmara tomou conhecimento do seguinte Resumo Diário da Tesouraria relativo ao dia 7 de outubro de 2021:

- Da conta do Município, que apresenta um saldo de € 6.945.382,57(seis milhões novecentos e quarenta e cinco mil trezentos e oitenta e dois euros e cinquenta e sete cêntimos); e,
- Da conta de Operações de Tesouraria, que apresenta um saldo de € 2.709.061,80 (dois milhões setecentos e nove mil sessenta e um euros e oitenta cêntimos).



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

2.2. Pagamentos efetuados

O Senhor Presidente informou a Câmara que entre os dias 24 de setembro e 7 de outubro, corrente, inclusive, foram feitos:

- Pagamentos/Operações Orçamentais no valor de € 1.652.692,64 (um milhão seiscentos e cinquenta e dois mil seiscentos e noventa e dois euros e sessenta e quatro cêntimos); e,
- Pagamentos/Operações de Tesouraria no valor de € 4.430,09 (quatro mil quatrocentos e trinta euros e nove cêntimos).

A Câmara ficou inteirada.

2.3. Delegação de competências

2.3.1. Comunicação de atos praticados no uso de delegação e subdelegação de competências

A Câmara foi informada pelo Senhor Presidente de que entre os dias 24 de setembro e 7 de outubro, corrente, inclusive, foram praticados atos de acordo com as relações apresentadas pelos respetivos serviços e que se dão como reproduzidas, respeitantes a:

- 31 - licenças de obras particulares.

A Câmara ficou inteirada.

2.4. Ratificação de atos praticados ao abrigo da delegação e subdelegação de competências

2.4.1. - Fernando J. R. S. Sotta - Proposta de Realojamento - Apoio de arrendamento de solução habitacional adequada.

O Senhor Presidente informou a Câmara que ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, houve necessidade urgente de proceder ao despacho da informação n.º 126/UDS18/21, da Unidade de Desenvolvimento Social, datada de 06-09-2021, que a seguir se transcreve:

*"Assunto: Fernando José Rodrigues da Silva Sotta,
Largo Salgueiro Maia, n.º 16 - Proposta de Realojamento
Apoio de arrendamento de solução habitacional adequada.*

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, cumpre-me informar que:

1 – Na prossecução da deliberação de câmara de 13 de agosto último, com base na Informação desta UDS com a referência I-000108/UDS18/21, que aprova que o Município apoie o arrendamento de uma solução habitacional, uma vez fundamentada a



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

sua necessidade, considerando a contextualização de emergência social, à luz do preceituado no n.º 1, do artigo 14 da Lei 81/2014 de 19 de dezembro, referente à situação de comprovada vulnerabilidade socioeconómica do munícipe Fernando Sotta, propõe-se deferimento em sede de reunião de câmara para:

1.1 - Aprovação do subarrendamento a favor do munícipe acima identificado, conforme determinado na clausula 5 do contrato de arrendamento para fins habitacionais, já devidamente outorgado pelas partes, para a Fração correspondente ao Segundo andar Dtº, de tipologia T0, composto por um quarto, cozinha/sala e WC, com estacionamento no R/C designado como o n.º4 (4.º da Esq. p/Dtª – C/ 12,25 m2) do prédio sito na Cancela do Cais n.º 15, inscrito na matriz predial de Pombal, sob o artigo 30900/Pombal, que se apensa e cuja minuta foi aprovada em reunião de câmara de 26 de março e ratificada em 9 de abril do ano em curso;

1.2 - Aprovação da minuta de contrato de subarrendamento, anexa, entre este Município e o munícipe em todas as condições aí previstas;

2 – Na eventualidade do deferimento das propostas expressas nos números anteriores e tendo presente a sua exequibilidade, ficará assim assegurada e devidamente enquadrada a resolução da situação social apresentada, nomeadamente no realojamento do munícipe.

Pombal, 06 de setembro de 2021"

O despacho do Senhor Vice-Presidente é do seguinte teor:

"Face à urgência imperiosa de realojamento do munícipe, aprovo a minuta de subarrendamento e determino a outorga imediata do respetivo contrato, que excepcionalmente deverá ser presente à próxima Reunião de Câmara para ratificação."

24-09-2021

(Pedro Murinho - Eng.º)

"(a) Assinatura ilegível"

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Vice-Presidente, supratranscrito.

2.5. Obras Públicas e Fornecimento de Bens e Serviços

2.5.1. - Construção, Beneficiação e Reparação de Redes de Água (Reparação de Roturas, Aplicação / Substituição de Válvulas de Seccionamento e Execução de Ramais de Abastecimento Público de Água no Concelho de Pombal)– Proc. n.º 31/2018 / Revisão de preços.

Foi presente à reunião a informação n.º 138/DOVM/21, da Divisão de obras Públicas, datada de 29-09-2021, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Construção, Beneficiação e Reparação de Redes de Água (Reparação de Roturas, Aplicação / Substituição de Válvulas de Seccionamento e Execução de Ramais de Abastecimento Público de Água no Concelho de Pombal)– Proc. n.º 31/2018 / Revisão de preços.

1. Relativamente à empreitada mencionada em epígrafe, adjudicada à firma Segmento Provável - Serviços e Manutenção, Lda., pelo valor de € 195.180,00, mais IVA,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

conforme deliberação tomada na reunião celebrada em 23/11/2018, pelo órgão competente para a decisão de contratar (Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do Artigo 36.º do CCP, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho), foi efetuado o cálculo de revisão de preços que se anexa, no valor de € 1.997,68, mais IVA, cálculo definitivo, nos termos e para os efeitos referidos nos n.ºs 1 e 2 do Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 06/2004, de 6 de Janeiro, bem como, no n.º 1 do Artigo 382.º do CCP.

2. Datas relevantes:

- *Entrega das propostas – 29/10/2018*
- *Mês de referência – Setembro/2018*
- *Consignação / Comunicação de aprovação do PSS – 01/02/2019*
- *Conclusão – 01/02/2020*

3. O prazo de execução é de 365 dias e a fórmula de revisão de preços definida no Caderno de Encargos é a tipo F21 - redes de abastecimento de água e de águas residuais.

4. Assim, caso V. Exa. o entenda, e porque a revisão de preços é uma obrigatoriedade decorrente do previsto no n.º 2, do Artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 06/2004, de 6 de Janeiro, n.º 1 do Artigo 382.º do CCP e no contrato da empreitada, encontra aí fundamento para o pagamento da citada revisão.

À consideração de V. Exa.."

Michael António (Vereador):

“Senhor Presidente, de forma telegráfica, e esta intervenção vai servir para os pontos todos, dizer o seguinte: nós sabemos que estamos em gestão corrente, ao abrigo da Lei n.º 47/2005. O ponto do subarrendamento para o SOTA, não vejo impedimento nenhum, é urgente – aliás, vem no seguimento de decisões que já tinham sido tomadas, isso já tinha sido deliberado; isto foi só, no fundo, para formalizar, e é uma questão urgente e inadiável.

Estas questões aqui, destes lapsos, porque não foi por despacho seu, e foi por deliberação camarária, idem, não vejo rigorosamente problema nenhum.

Esta revisão de preços, na minha humilde opinião, já é gestão de um contrato de obras públicas, aqui não é gestão corrente nem inadiável, mas também, atenção, eu não vejo aqui intenção nenhuma. Agora, por uma questão de segurança jurídica, este ponto não vou votar a favor, pelo que eu estou a dizer.

O Ponto n.º 2.6.1, o fiscal único da PMUGest: em rigor, o Sérgio Gomes é uma pessoa jurídica distinta, depois da sociedade que ele criou, e tem contribuinte distinto, e Segurança Social, etc., são pessoas jurídicas distintas. Também não vejo mal nenhum – porque, no fundo, era ele quem vinha sendo o fiscal – no facto de isso ser aprovado aqui hoje. Pode, depois, também ser inconsequente, porque o próximo Presidente da Câmara pode, evidentemente, designar um novo fiscal único. Eu sei que é só até ao final do ano civil, eu estou a ser absolutamente rigoroso na interpretação da Lei, e eu não me sinto à vontade. Mas, como eu disse, eu não vejo aqui tentativa nenhuma de procurar aprovar algo que o Legislador não pretendesse, pretendendo aqui contornar



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

regras, não é nada disso.

E por último, a questão da aprovação das atas das reuniões: há pouco, como eu fui contra aquilo que é a opinião do Pedro Brilhante em querer participar na reunião, e fui contra, e disse o porquê, aqui também tenho que lhe dar razão, nós nunca aprovámos aqui atas, e eu também não me sinto à vontade para o fazer agora. Eu fui recebendo-as por e-mail, também nunca fui dizendo o contrário, eu não me preocupo porque elas têm o registo áudio, estão gravadas, e portanto, toda a gente sabe o que se passou nas reuniões de Câmara. E por esse simples facto, também não as vou votar a favor.

São estes os meus sentidos de voto, não tomo mais tempo, falei aqui dois minutos, era só isto que eu queria dizer. Mas, como eu disse, não vejo mal nenhum, nem segundas intenções, não é por isso; é por uma questão de formalismo, e por cumprimento da Lei. Foi por isso que eu, há pouco, na decisão de o Vereador Pedro Brilhante participar, ou não, na reunião de Câmara, eu tive aquele entendimento. Estamos aqui para cumprir a Lei, ponto final, e a Lei tem que ser cumprida. E se formos olhar para a Lei e para o Regimento, as pessoas, ou estão na reunião de Câmara, ou não estão, ponto final.

É só isso. Muito obrigado.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem, Senhor Vereador; quando chegarmos a esses pontos, podemos ter aqui mais alguma informação adicional.”

A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra, do Vereador Michael António, do Movimento NMPH e uma abstenção da Vereadora Odete Alves do Partido Socialista, aprovar a revisão de preços, nos termos propostos na informação supratranscrita.

2.5.2. - EM 532 (Vila Cã - Infesta - Maçoeira (CM 1052-1)) [E.M. 532 (Santiago - Maçoeira) e C.M. 1052-1 (Maçoeira - Trás-os-Matos)]. Proc. N.º 58/2014

Foi presente à reunião a informação n.º 419/DMOP/21, do Departamento Municipal de Infraestruturas, Obras e Equipamentos, datada de 29-09-2021, que a seguir se transcreve: "Assunto: EM 532 (Vila Cã - Infesta - Maçoeira (CM 1052-1)) [E.M. 532 (Santiago - Maçoeira) e C.M. 1052-1 (Maçoeira - Trás-os-Matos)]. Proc. N.º 58/2014

Em aditamento à informação I-000026/UVM/21 anexa, relativa à empreitada mencionada em epígrafe, por lapso, consta que a mesma, foi adjudicada por despacho do Presidente da Câmara, datado de 16/12/2014, quando a adjudicação foi por deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião celebrada em 16/12/2014.

Assim e de forma a colmatar o erro propõe-se a V. Exa. que o documento seja sujeito a deliberação da Câmara Municipal.

À consideração de V. Exa..”

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a correção proposta.

2.5.3. - Freguesia de Vila Cã / Asfatação de estradas e caminhos na Freguesia (C.M. 1057 - [E.M.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

532) Garriapa - Touril, Castelo (E.M. 501)] e E.M. 501-1) - Touril). Proc. n.º 45/2015

Foi presente à reunião a informação n.º 411/DMOP/21, do Departamento Municipal de Infraestruturas, Obras e Equipamentos, datada de 29-09-2021, que a seguir se transcreve: *"Assunto: Freguesia de Vila Cã / Asfaltagem de estradas e caminhos na Freguesia (C.M. 1057 - [(E.M.*

532) Garriapa - Touril, Castelo (E.M. 501)] e E.M. 501-1) - Touril). Proc. n.º 45/2015
Em aditamento à informação I-000027/UVM/21 anexa, relativa à empreitada mencionada em epígrafe, por lapso, consta que a mesma, foi adjudicada por despacho do Presidente da Câmara, datado de 01/09/2015, quando a adjudicação foi por deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião celebrada naquela data.

Assim e de forma a corrigir o erro, propõe-se a V. Exa., que o documento seja sujeito a deliberação da Câmara Municipal.

À consideração de V. Exa.."

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a correção proposta.

*2.5.4. - União das Freguesias de Santiago de Litém, S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze /
Asfaltagem de estradas e caminhos na Freguesia [E.M.532-1 (Castelo - Albergaria dos Doze),
Albergaria dos Doze, Cartaria e Vidoeira], Proc. n.º 49/2015*

Foi presente à reunião a informação n.º 420/DMOP/21, do Departamento Municipal de Infraestruturas, Obras e Equipamentos, datada de 29-09-2021, que a seguir se transcreve: *"Assunto: União das Freguesias de Santiago de Litém, S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze /*

Asfaltagem de estradas e caminhos na Freguesia [E.M.532-1 (Castelo - Albergaria dos Doze),

Albergaria dos Doze, Cartaria e Vidoeira], Proc. n.º 49/2015

Em aditamento à informação I-000028/UVM/21 anexa, relativa à empreitada mencionada em epígrafe, por lapso, consta que a mesma, foi adjudicada por despacho, quando a adjudicação foi por deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião celebrada em 02/10/2015.

Assim e de forma a colmatar o erro propõe-se a V. Exa. que o documento seja sujeito a deliberação da Câmara Municipal.

À consideração de V. Exa.."

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a correção proposta.

2.5.5. - Freguesia de Pelariga / Asfaltagem de Estradas e Caminhos na Freguesia (Lugares de Tinto e Meires).- Proc. n.º 31/2012

Foi presente à reunião a informação n.º 412/DMOP/21, do Departamento Municipal de Infraestruturas, Obras e Equipamentos, datada de 29-09-2021, que a seguir se transcreve:



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

"Assunto: Freguesia de Pelariga / Asfaltagem de Estradas e Caminhos na Freguesia (Lugares de Tinto e Meires) – Proc. n.º 31/2012

Em aditamento à informação I-000006/UVM/21 anexa, relativa à empreitada mencionada em epígrafe, por lapso, consta que a mesma, foi adjudicada por despacho do Presidente da Câmara, datado de 10/09/2012, quando a adjudicação foi por deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião celebrada em 12/10/2012.

Assim e de forma a colmatar o erro propõe-se a V. Exa. que o documento seja sujeito a deliberação da Câmara Municipal.

À consideração de V. Exa.."

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a correção proposta.

2.6. Propostas Diversas

2.6.1. - Designação de Fiscal Único da PMUGEST – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.

Foi presente à reunião a proposta n.º 765/2021, ínsita na informação n.º 247/GAP/21, do Gabinete de Apoio à Presidência, datada de 23-09-2021, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Designação de Fiscal Único da PMUGEST – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.

Considerando que, Nos termos do preceituado no n.º 2 do artigo 26º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, conjugado com os n.ºs 1 e 2 do artigo 10º dos Estatutos da PMUGEST – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M. e alínea oo) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação (RJAL), a Assembleia Geral é constituída pelo único acionista, Município de Pombal, cabendo ao órgão Câmara Municipal designar o seu legítimo representante;

Em face do disposto no n.º 2 do artigo 8º dos Estatutos da PMUGEST – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M. “o mandato dos titulares dos órgãos sociais será coincidente com o dos titulares dos órgãos autárquicos (...);”

Ao abrigo do preceituado no n.º 3 do artigo 26º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, conjugado com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25º do RJAL, compete ao órgão Assembleia Municipal designar o Fiscal Único;

Por deliberação do órgão Assembleia Municipal, datada de 28 de junho de 2018, foi designado Fiscal Único da PMUGEST – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M., o Senhor Dr. Sérgio Manuel da Silva Gomes, revisor oficial de contas (ROC) n.º 1357, com domicílio profissional na Rua do Mancha Pé, n.º 6, 1J, 3100-467 Pombal, para exercício das correspondentes funções, no período compreendido entre os anos de 2018 e 2021;

Recentemente, o Senhor Dr. Sérgio Manuel da Silva Gomes veio dar conhecimento ao Município de Pombal de que havia constituído uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, solicitando, em concomitância, a cessão da sua posição enquanto Fiscal Único da PMUGEST – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M., à sociedade Amado & Gomes, SROC, Lda, alegando que o acompanhamento se manteria sob a sua



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

coordenação, procedendo à assinatura de quaisquer relatórios elaborados no âmbito daquela atividade, nos precisos termos em que o tem feito até ao presente, o que, do ponto de vista prático, consubstanciaria a mera alteração da identidade da pessoa designada, posto que deixaria de ser uma pessoa singular e passaria a ser uma pessoa coletiva, e

Considerando, ainda, que importa salvaguardar o tratamento contabilístico-financeiro das contas do exercício da empresa local, reportadas a todo o ano económico de 2021, sem prejuízo do termo do mandato autárquico que se avizinha,

— Sugere-se ao órgão Câmara Municipal que delibere no sentido de propor ao órgão Assembleia Municipal que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 26º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, conjugado com o disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25º do RJAL, designe para Fiscal Único da PMUGEST – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M., durante o ano económico de 2021, a sociedade Amado & Gomes, SROC, Lda, de modo a salvaguardar o tratamento contabilístico-financeiro das contas do exercício de todo o ano económico de 2021, sem prejuízo da circunstância do respetivo mandato ser coincidente com o dos titulares dos órgãos autárquicos."

Presidente da Câmara Municipal:

“Pronto, reparem, Senhores Vereadores, em termos práticos, se o novo Executivo entender que deve ter uma proposta diferente, revoga esta e substitui; se entender que está adequado, acompanha para a Assembleia Municipal, e a Assembleia Municipal, tomando a sua decisão, entende que, de facto, estão justificados. E portanto, eu julgo que essa decisão não é final, não é definitiva, é instrutória.

E no fundo, o que é que se pretende aqui? Uma vez que a conclusão do mandato autárquico não coincide com o final do ano civil, a 31 de dezembro, ficamos aqui com um período entre o dia 17 de outubro deste ano, até ao dia 31 de dezembro, onde não há propriamente ninguém responsável por fazer o apuramento final das contas, que têm que ser prestadas à Câmara e à Assembleia Municipal em março e abril, respetivamente, do ano de 2022. O que aqui se propõe é exatamente a metodologia de anos anteriores: é que, neste caso, uma vez que dez meses e meio dos doze meses do ano já foram acompanhados por este técnico oficial de contas, que se mantenha até ao final do ano, e a Assembleia Municipal e a Câmara depois decidem abrir um novo concurso, se quiserem, para pôr no mercado e escolher o próximo revisor oficial de contas, por um ano, por dois, por três, pelo mandato inteiro, como entender, será um critério que depois será discutido.”

A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Vereador Michael António, do Movimento NMPH, e duas abstenções dos Vereadores Narciso Mota do Movimento NMPH e Odete Alves do Partido Socialista, remeter à Assembleia Municipal a designação do Fiscal Único da PMUGest, nos termos da proposta supratranscrita.

2.6.2. - *Aprovação de atas das reuniões de 07/05/2021, 04/06/2021, 16/07/2021, 30/07/2021, 13/08/2021, 27/08/2021, 10/09/2021 e 24/09/2021*

Foi presente à reunião as atas das reuniões de 07/05/2021, 04/06/2021, 16/07/2021,
50/52



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

30/07/2021, 13/08/2021, 27/08/2021, 10/09/2021 e 24/09/2021.

Presidente da Câmara Municipal:

“Sempre foi assim, porque quando há uma aprovação por minuta – aliás, isso acontece na Assembleia Municipal – sendo que se respeita as características e a forma com que a transcrição possa ser operada, no que diz respeito às intervenções, sendo que nas deliberações nunca existiram dúvidas.

Portanto, a parte que eu diria ilustrativa da discussão tem o significado que tem, mas a parte eficiente será esta.

Faça favor.”

Michael António (Vereador):

“Eu vou abster-me, porque eu não as li, e percebo o trabalho hercúleo dos serviços.”

Virgínia Moderno:

“A questão de o procedimento não ser este, nunca foi este, efetivamente. Este tinha que ser, porque esta é a última reunião do mandato, e eu não tinha como remeter-vos as atas sem que tivessem oportunidade de as ver.”

Michael António (Vereador):

“Eu só quero dizer que percebo, reconheço e respeito esse trabalho hercúleo de redigir as atas, porque nem eu as leio, quanto mais redigi-las. Mas, há o registo áudio. Há de um dia ser inventado um software que transcreva instantaneamente.”

Virgínia Moderno:

“Nós adquirimos um software, mas requer um tratamento posterior naturalmente ainda muito penoso, porque reconhece palavras perigosíssimas às vezes.”

Presidente da Câmara Municipal:

“A máquina tem o ouvido afinado.

Agora, imaginem a preocupação do Presidente da Câmara, que falando na Assembleia Municipal e não integrando aquele órgão, tem uma ata em que ele não participa, e em que estão lá escritas coisas que ele disse. E não vota, não há prova.

Pronto, o sistema tem sempre coisas para melhorar.

Senhores Vereadores, muito obrigado por tudo, e as maiores felicidades, saúde e alegria. Tenho aqui uns presentes para cada um de vós.

Até breve.”

A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Vereadores Michael António do Movimentos NMPH e Odete Alves do Partido Socialista, aprovar as atas supracitadas.

Declaração de voto: o Vereador Michael António e a Vereadora Odete Alves abstiveram-se, apenas, pelo facto de não terem lido as atas na íntegra.

3. Aprovação por minuta

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as deliberações por minuta, para efeitos de execução imediata, bem como o teor da ata, por esta conter os elementos que a legislação em vigor considera ser indispensáveis.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0023/CMP/21

08-10-2021

Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 13 horas e quinze minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que eu Virgínia Moderno, redigi, subscrevo e vai ser assinada.

